FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

JOSYMARA GARRETO ALVES
GREYCE JANNE COSTA DA SILVA

O RESGATE DAS BRINCADEIRAS E JOGOS TRADICIONAIS: uma análise da cultura lúdica no espaço escolar da Pré-Escola Jardim Branca de Neve

Chapadinha-Ma
2014

JOSYMARA GARRETO ALVES
GREYCE JANNE COSTA DA SILVA

O RESGATE DAS BRINCADEIRAS E JOGOS TRADICIONAIS: uma análise da cultura lúdica no espaço escolar da Pré-Escola Jardim Branca de Neve

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba para Pedagogia para obtenção do Grau de Licenciadas em Pedagogia.

Orientadora: Profª. Esp. Nívia Maria Silva Bastos

Chapadinha-Ma
2014

JOSYMARA GARRETO ALVES
GREYCE JANNE COSTA DA SILVA

O RESGATE DAS BRINCADEIRAS E JOGOS TRADICIONAIS: uma análise da cultura lúdica no espaço escolar da Pré-Escola Jardim Branca de Neve

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba para a obtenção do Grau de Licenciadas em Pedagogia.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

_____
Profª. Nívia Maria Silva Bastos (Orientadora)
Especialista em Docência do Ensino Superior
Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP)

_____
1º Examinador

_____
2º Examinador

Aos nossos filhos Lucas, Luan, Kawan, Nicolas Gustavo.

AGRADECIMENTOS

Ao Pai Celestial, nosso Deus, que em todos os momentos esteve conosco, guiando nosso caminho e orientando os nossos passos ao longo de nossa vida. Ao Nosso Senhor Deus, toda Glória por essa graça. E a cada dia que passa a certeza do dever cumprido, por muitos desafios conquistados, lutas e aprendizagens diárias para conseguirmos a sonhada conclusão do curso.

À nossa família, que todo esse tempo esteve presente nos ajudando e, nos momentos em que mais precisamos, se fizeram presentes, mães, filhos, cônjugues, irmãos e amigos. E pela compreensão de nossa ausência em alguns momentos.

Foram muitas as dificuldades, mas sempre tínhamos a certeza de que iríamos vencer todas as batalhas.

Agradecemos também a todos os nossos professores que se empenharam para passar o melhor para nós em todos os sentidos, com muito incentivo, entusiasmo e dedicação.

“Criança que não brinca não é criança. Adulto que não brinca perdeu para sempre a criança dentro dele”.

Pablo Neruda

RESUMO

O presente trabalho acadêmico cujo tema é “O resgate das brincadeiras e jogos tradicionais: um estudo da cultura lúdica no contexto escolar da Pré-Escola Jardim Branca de Neve” teve como objetivo analisar as práticas de desenvolvimento das brincadeiras e jogos de época como metodologia do processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa empreendida é de caráter qualitativo e quantitativo. Utilizaram-se, como metodologia, observações das práticas pedagógicas na escola campo e aplicação de questionários junto às professoras que atuam na educação infantil. O estudo fundamentou-se em autores como Vygotsky (1988), Almeida (2003), Oliveira (2005), Kramer (2008), entre outros. A pesquisa sinalizou para entender-se a importância das brincadeiras de época como resgate da cultura popular e para o desenvolvimento integral das crianças da Educação Infantil na Pré-Escola Jardim Branca de Neve, dentre outras questões. Para abrangência desse estudo, foram discutidas questões imprescindíveis, tais como: História da ludicidade na educação infantil; contribuições de Piaget e Vygotsky e a importância do lúdico para o processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil; as brincadeiras na sala de aula e as vivências na escola. Nos resultados da pesquisa, constatou-se que há a utilização de técnicas lúdicas no decorrer da atuação docente, mas é imprescindível que haja um planejamento visando à valorização das brincadeiras e jogos tradicionais, disponibilizando maior tempo para essas atividades. Os jogos e as brincadeiras são formas privilegiadas de desenvolvimento e apropriação do conhecimento pela criança, e esses instrumentos são indispensáveis na prática pedagógica.

Palavras-chave: Lúdico. Jogos. Brincadeiras. Metodologia. Aprendizagem.

ABSTRACT

This scholarly work whose theme is "The redemption of games and traditional games: a study of the play culture in the school context of Preschool Jardim Branca de Neve" aims to analyze the development practices of play and games of the season as methodology process of teaching and learning. The research undertaken is qualitative and quantitative. We used as a methodology, observations of teaching practices in the school field and questionnaires along to teachers who work in early childhood education. The study was based on authors such as Vygotsky (1988), Almeida (2003), Oliveira (2005), Kramer (2008), among others. The survey signaled to understand the importance of play time of a ransom of popular culture and the integral development of children from Kindergarten Preschool Jardim Branca de Neve, among other issues. For coverage of this study, essential issues, such as were discussed: History of playfulness in kindergarten; contributions of Piaget and Vygotsky, the importance of playfulness to the process of teaching and learning in kindergarten; the jokes in the classroom and experiences in school. In the search results, it was found that there is the use of play techniques in the course of teaching performance, but it is essential to have a plan aimed at increasing the games and traditional games, providing more time for these activities. The games and the games are privileged forms of development and appropriation of knowledge by the child, and these instruments are indispensable in teaching practice.
Keywords: Playfulness. Games. Jokes. Methodology. Learning.

LISTA DE SIGLAS

COEDI	-	Coordenação Geral de Educação Infantil
ECA	-	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	-	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	-	Ministério da Educação e Cultura
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PNE	-	Plano Nacional da Educação
PNEI	-	Plano Nacional da Educação Infantil
RECNEI	-	Referências Curriculares Nacionais da Educação Infantil
UNESCO	-	Fundo das Nações Unidas Para Infância
ZDP	-	Zona de Desenvolvimento Proximal

LISTA DE FIGURAS

p.

Figura 1 - Cantiga de roda..... 45

Figura 2 - Pipa..... 45

Figura 3 - Cabra cega..... 46

Figura 4 - Jogo de peteca..... 47

Figura 5 - Amarelinha..... 47

Figura 6 - Pula corda..... 48

Figura 7 - Bambolê..... 48

Figura 8 - Bola de gude..... 49

LISTA DE GRÁFICOS

p.

Gráfico 1 - Em que espaço da escola desenvolve as atividades lúdicas..... 54
Gráfico 2 - Quais tipos de brincadeiras tradicionais conhecem..... 55
Gráfico 3 - Quais as brincadeiras preferidas pelas crianças..... 56
Gráfico 4 - Qual a importância da intervenção pedagógica no ato de brincar..... 57
Gráfico 5 - O lúdico faz parte do planejamento de suas atividades pedagógicas..... 58
Gráfico 6 - Com que frequência você desenvolve atividades lúdicas..... 59

SUMÁRIO

		p.
1	**INTRODUÇÃO**.....	12
2	**UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO**.....	14
2.1	**Educação infantil na legislação brasileira**.....	18
2.2	**Propostas pedagógicas para a educação infantil**.....	22
3	**UMA ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE A LUDICIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL**.....	29
3.1	**Os tributos de Piaget e Vygotsky no desenvolvimento infantil**.....	32
3.2	**A prática do professor da educação infantil no contexto da ludicidade**.....	36
4	**BRINCADEIRAS CLÁSSICAS NA ATUALIDADE**.....	40
4.1	**Sugestões de brincadeiras**: transmissora de culturas.....	43
5	**METODOLOGIA**.....	50
5.1	**Tipo de pesquisa**.....	50
5.2	**Procedimentos**.....	50
5.3	**Caracterização da escola campo**.....	50
6	**RESGATE DAS BRINCADEIRAS E JOGOS TRADICIONAIS**: uma análise da cultura lúdica da Pré-Escola Jardim Branca de Neve.....	52
7	**CONCLUSÃO**.....	60
	REFERÊNCIAS.....	62
	APÊNDICE.....	65

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, uma etapa importante da educação básica, constitui-se em uma intenção de desenvolver as capacidades e habilidades da criança integralmente. Ela é a porta de entrada da criança na escola, por isso, nesse novo universo, deve-se apresentar um espaço enriquecedor para ela, pois sair dos braços dos pais para outro ambiente é um fato marcante nessa fase. O carinho, a afetividade e o lúdico precisam ser presentes nesse mundo novo.

A escolha do tema se deu a partir de observações feitas em sala de aula, ao longo do curso de Pedagogia, e da comprovação de que raramente os jogos e as brincadeiras de época são utilizados nas práticas pedagógicas para facilitar a aprendizagem e resgatar a cultura popular. A carência percebida da riqueza das brincadeiras tradicionais despertou o interesse em compreender sua importância no processo de ensino e aprendizagem das crianças.

O uso do lúdico na Educação Infantil tem por objetivo revelar a importância do aprender brincando e que as brincadeiras e os jogos são ferramentas que desafiam as crianças, possibilitando novas descobertas. Por meio do lúdico, as crianças podem desenvolver suas diversas habilidades. Compreende-se que as brincadeiras e os jogos são as principais atividades físicas da criança, e que, além de auxiliar no desenvolvimento intelectual, emocional e social, poderá ainda proporcionar aulas mais atraentes para os alunos. Além disso, favorece a auto estima da criança e a interação, propiciando situações de aprendizagem e o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas.

Diante da temática em questão, surgiram as seguintes inquietações: As práticas de brincadeiras clássicas contribuem para a aprendizagem das crianças? Como as brincadeiras tradicionais vêm sendo exploradas na educação infantil?

Nessa perspectiva, o principal objetivo dessa pesquisa foi analisar a importância da inserção de brincadeiras tradicionais na construção do processo de aprendizagem na educação infantil, criando um ambiente propício de incentivo às crianças, para a construção de pensamentos crítico e participativo.

Para a concretização deste estudo, buscou-se fundamentação teórica em estudiosos como Almeida (2003), Vygotsky (1998), Oliveira (2005), Kramer (2008), dentre outros. Além da utilização de dados de pesquisas sobre o assunto em discussão.

Assim, o presente trabalho encontra-se estruturado em sete capítulos. O primeiro, de caráter introdutório, em que se faz uma breve apresentação dos objetivos da pesquisa. No segundo capítulo, buscou-se apresentar um breve histórico acerca da infância e a educação, a educação infantil na legislação brasileira e propostas pedagógicas para a educação infantil; No terceiro, fez-se uma abordagem histórica sobre a ludicidade na educação infantil, as contribuições de Piaget e Vygotsky no desenvolvimento infantil e a prática do professor da educação infantil no contexto da ludicidade; no quarto capítulo, discutiu-se sobre as brincadeiras clássicas na atualidade e sugestões de brincadeiras que possibilitam a transmissão de cultura; no quinto, apresentou-se a metodologia e percurso do trabalho; no sexto, fez-se a apresentação da caracterização da escola campo e a análise do resgate das brincadeiras e jogos tradicionais no contexto escolar da Pré-Escola Jardim Branca de Neve. Por fim, no último capítulo, apresenta-se algumas considerações acerca do tema pesquisado, a fim de que se perceba a importância das brincadeiras tradicionais nas práticas educativas da educação infantil.

Esta pesquisa deseja contribuir para uma melhoria da qualidade social do ensino do município de Chapadinha, estado do Maranhão, em especial na Pré-Escola Jardim Branca de Neve.

2 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO

Historicamente, a educação voltada para as crianças pequenas, segundo Paschoal e Machado (2014), permaneceu durante muitos e muitos anos aos cuidados exclusivos da família, uma vez que na interação com pessoas adultas e com outras crianças elas compartilhavam os saberes de sua cultura e seus princípios morais.

Na sociedade moderna, a criança tem a chance de conviver com crianças e adultos de diferentes culturas e costumes, dentro de um espaço de socialização. Nesse contexto, para se ter uma compreensão mais ampla acerca dos progressos e retrocessos da educação infantil, apresenta-se o percurso histórico da educação de crianças.

De acordo com Andrade (2010), a educação infantil surgiu na Europa no início do século XIX, e foi marcada por diferentes concepções acerca da infância, padrões de estruturas dos lugares e ideias a respeito do que fazer com as crianças enquanto elas estavam nas instituições. A ampliação desses estabelecimentos esteve ligada diretamente à vida urbana e industrial e à inserção da mulher nas indústrias. Desse modo, pode-se afirmar que a história da educação infantil se deve à história da coletividade e da família.

Nos países europeus, com a mudança do feudalismo para o capitalismo, em que ocorreu a alteração de produção caseira para o princípio das indústrias, e, por conseguinte, a troca do serviço humano pelos instrumentos maquinários, gerou novas formas de organização na sociedade como um todo. Esse choque, causado por essas mudanças, obrigou os trabalhadores a aceitar o sistema das indústrias. Assim, esse ciclo de transformação permitiu a inserção da classe feminina no mundo do trabalho, mudando, assim, também a configuração familiar, ou seja, a maneira da família ensinar e cuidar das crianças pequenas. (PASCHOAL ; MACHADO, 2014).

Corroborando com essa ideia, Oliveira (2005, p.59) enfatiza que:

> Nos séculos XV e XVI, novos modelos educacionais foram criados para responder aos desafios estabelecidos pela maneira como a sociedade europeia então se desenvolvia. O desenvolvimento científico, a expansão comercial e as atividades artísticas ocorridas no período do Renascimento estimularam o surgimento de novas visões sobre a criança e sobre como ela deveria ser educada. Autores como Erasmo (1465-1530) e Montaigne (1483-1553) sustentavam que a educação deveria respeitar a natureza infantil, estimular a atividade da criança e associar o jogo à aprendizagem.

Observa-se, nas palavras da autora, as mudanças que ocorreram durante os séculos XV e XVI. Ou seja, nesse período surgiram novos paradigmas educacionais a fim de atender às exigências estabelecidas pela sociedade, uma vez que com o crescimento industrial fez-se necessário pensar também sobre a maneira de se educar as crianças. Nessa ocasião, surgiram também as ideias de Erasmo e Montaigne, os quais defendiam que a criança deveria ser respeitada e que seu aprendizado deveria estar agregado às atividades lúdicas.

Referindo-se às mudanças que ocorreram com a Revolução industrial, Paschoal e Machado (2014) ressaltam que:

> Marx (1986), ao discutir a apropriação pelo capital das forças de trabalho suplementares, enfatiza que a maquinaria permitiu o emprego de trabalhadores sem força muscular e com membros mais flexíveis, o que possibilitou ao capital absorver as mulheres e as crianças nas fábricas. A maquinaria estabeleceu um meio de diversificar os assalariados, colocando, nas fábricas, todos os membros da família do trabalhador, independentemente do sexo e da idade de cada um. Se, até então, o trabalhador vendia somente sua própria força de trabalho, passou a vender a força da mulher e dos filhos.

Assim, embora o nascimento das indústrias tenha aberto ao homem vagas de emprego, percebe-se que eles foram de certa forma trocados no emprego pelas esposas e também pelos filhos, visto que para manusear as máquinas não se necessitava ter tanta força braçal. A indústria então arquitetou um plano de aumentar seus lucros comprando a mão de obra de todos os componentes da família, inclusive das crianças, e o homem, devido à necessidade de manter o sustento de sua família, se submetia a aceitar as condições oferecidas pelas indústrias.

Paschoal e Machado (2014) destacam ainda que:

> O nascimento da indústria moderna alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando os hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos utilizavam o trabalho das conhecidas mães mercenárias. Essas, ao optarem pelo não trabalho nas fábricas, vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres.

Nota-se que o surgimento das fábricas propiciou a transformação literal da estrutura familiar, uma vez que as mulheres que tinham filhos pequenos e que precisavam trabalhar fora do ambiente doméstico contratavam o serviço de outras mulheres para que essas cuidassem de seus filhos, enquanto elas trabalhavam.

Devido à grande participação do homem e da mulher no serviço das indústrias, nasceram outras maneiras de acomodar e cuidar das crianças. Sobre esses arranjos Paschoal e Machado (2014) afirmam que:

> Eram organizados por mulheres da comunidade que, na realidade, não tinham uma proposta instrucional formal, mas adotavam atividades de canto e de memorização de rezas [...]. As atividades relacionadas ao desenvolvimento de bons hábitos de comportamento e de internalização de regras morais eram reforçadas nos trabalhos dessas voluntárias.

Assim, mesmo com uma nova proposta de cuidado às crianças, filhas de pais empregados nas indústrias, o atendimento oferecido a elas era limitado apenas aos preceitos religiosos e boas maneiras.

Durante anos o atendimento à criança foi de caráter somente assistencialista, ou seja, a finalidade da educação nas décadas passadas era centrada no cuidar, desconsiderando o educar. (KRAMER, 2008).

De acordo com Oliveira (2005), por volta do século XVIII, Rousseau (1712-1778) foi o principal teórico da educação a ir de encontro às ideias que por muito tempo alimentavam o paradigma de que a criança era como um adulto em miniatura. “Rousseau combatia a ideia de as crianças só se tornavam objeto de atenção dos adultos após os oito anos”. (GROSS; GRAMINHO, 2014), Em outras palavras, Rousseau defendia que a criança é um ser com ideias e pensamentos próprios e que precisava ser respeitada. Sem concordar com as ideias tradicionais, lutou para resguardar a liberdade natural das crianças.

Ainda defendendo as ideias de Rousseau (apud GROSS; GRAMINHO, 2014) ressaltam que:

> [...] ao estudarmos as crianças, estamos na verdade reaprendendo com elas. E os nossos professores nessa questão são as amas, pois elas entendem tudo o que seu bebê diz, ou por meio de gestos e expressões corporais ou por meio do grito e choro. Ele assinala que a linguagem da voz une-se com a do gesto, principalmente, o gesto facial.

As ideias de Rousseau influenciaram sobre a evolução das espécies e do comportamento infantil, pois a partir de sua concepção passaram a conceber a criança como fonte rica de informação sobre a natureza humana, uma vez que até então predominava o conceito da criança como um adulto em miniatura, ou seja, acreditava-se que o raciocínio, os sentimentos e as ações infantis possuíam os mesmos elementos básicos daqueles adultos.

Essa concepção influenciou o tratamento que a sociedade dispensava às crianças. Elas recebiam cuidados especiais até aos sete anos de idade. Depois,

ingressavam na comunidade dos adultos e desenvolviam as mesmas atividades que eles. Nas classes menos privilegiadas, elas trabalhavam no campo, vendiam seus produtos nos mercados, aprendiam um ofício. Não lhes era dispensado nenhum tratamento especial. Ao contrário, eram alvo de todo tipo de crueldade por parte dos adultos. (GROSS; GRAMINHO, 2014).

Por meio de muita ação, a Constituição Federal de 1988 fez referência aos direitos específicos da criança. Desde então, creche e pré-escola fazem parte das discussões, bem como a Proposta da Política de Educação Infantil, uma vez que a partir daí a educação infantil passou a ser um segmento importante do processo educativo e não mais “assistencialista”. Entretanto, foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei de nº 9394/1996, que o nome Educação Infantil recebeu a maneira mais adequada à criança. Dessa forma, as diretrizes enfocavam as particularidades de desenvolvimento infantil, exigindo que a educação cumprisse suas funções. (BARRETO, 2014).

Ao longo dos tempos, foram muitas batalhas e perdas, no entanto, a infância hoje é “entendida como período da história de cada um, ou seja, como um ser social e histórico” (KRAMER, 2008, p. 14). A partir das ideias do francês Philippe Ariès, que divulgou na década de 1970 sua pesquisa acerca do contexto histórico da criança e de infância, passou-se a ter uma compreensão mais ampla sobre o verdadeiro conceito sobre infância, uma vez que “[...] a inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização da sociedade” (KRAMER, 2008, p. 14. Desse modo, constata-se que a concepção de infância depende do contexto em que a criança está inserida e do momento em que a sociedade está vivendo. “Assim, a ideia de infância não existiu sempre e da mesma maneira”. (KRAMER, 2008, p.14).

Assim, é proeminente destacar que os avanços tecnológicos têm influenciado diretamente o comportamento da criança na sociedade contemporânea, uma vez que a mídia incentiva o consumismo e transmite valores, implicando nas mudanças de conduta dos sujeitos.

De acordo com Silveira (2014), no final do século XIX, deu-se início às discussões acerca da educação infantil em nosso país. A partir dessa época, construíram os primeiros estabelecimentos voltados para o acolhimento de crianças de classes menos favorecidas. Depois, emergiram os elementares jardins-de-infância gratuitos voltados para as crianças mais abastardas.

Depois da proclamação da república, o Brasil obteve um investimento no ensino, mas voltado para a educação primária. Apenas com a ação de urbanização do país e, por conseguinte, com o desenvolvimento industrial, apareceu o imperativo de acolhimento das crianças.

Com o advento das indústrias, houve uma transformação na organização da família tradicional do país. As mulheres deixaram suas residências para trabalhar nas fábricas, o que as conduziu na procura de acolhimento para as crianças. Primeiramente, as crianças eram atendidas por instituições filantrópicas, sendo cuidadas por mulheres que não trabalhavam e se ofereciam a cuidar das crianças de outras mulheres ou no amparo de parentes. Depois, a partir da estrutura de movimentos e associações de trabalhadores, foram reivindicados, aos donos das indústrias e ao governo, estabelecimentos como creches e pré-escolas.

2.1 Educação infantil na legislação brasileira

O andamento da educação infantil no Brasil já tem bastante tempo, mas, a Constituição Federal de 1988 é o momento mais marcante dessa trajetória, uma vez que a Lei Magna alcançou uma maior significação em função dos direitos das crianças pequenas no país.

Decorrente das medidas tomadas pelos decretos na Constituição Federal de 1988, o Estado deve oferecer vagas para todas as crianças em espaços escolares de zero a seis anos de idade, independente da cor, raça, religião ou qualquer outra origem, reconhecendo, assim, o significado de infância e dos direitos da criança à educação. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205 e 208:

> Art. 205**.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
> Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (EC no 14/96, EC no 53/2006 e EC no 59/2009)[...] IV- atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. (BRASIL, 2012, p.117).

A Constituição destaca que a educação é direito de todos e inclui os direitos das crianças de zero a seis anos, dispondo sobre a importância da educação infantil e a necessidade de incrementá-la nos diversos sistemas de ensino.

Por sua vez, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trata ainda no artigo 277 dos direitos da criança e do adolescente ressaltando que:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2010, p. 117).

Assim, a Constituição Federal ampliou de forma significativa as determinações relacionadas às crianças e aos adolescentes, definindo como direitos o dever e a responsabilidade não somente da família, mas também do Estado e da sociedade como um todo em considerar as ações de educar, complementando pelas ações indispensáveis ao desenvolvimento integral do sujeito, direitos esses que precisam ser defendidos. Desse modo, a Constituição Federal concebe uma fundamental ajuda na segurança dos direitos da criança.

De acordo com Leite Filho (2014), a Constituição Federal de 1988 foi um marco categórico na afirmativa dos Direitos da Criança no país e é nessa base que constituíram, ainda nos anos seguintes, outras leis firmando ainda mais os direitos relacionados à criança e ao adolescente.

No ano de 1990, foi confirmada a Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para garantir a sua execução, uma vez que o ECA é um organismo encarregado de atender os fatos em que aconteça abuso dos direitos da criança e do adolescente. (LEITE FILHO, 2014).

Com base no Fundo das Nações Unidas para Infância (UNESCO) (2005), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990) acarretou uma série de melhoria, elucidando sobre a condição de atendimento destinado à criança e ao adolescente. Com a criação do ECA ficam garantidos os direitos e deveres desse público.

> O **Conselho Tutelar** tem o poder de aplicar medidas e requisitar serviços públicos, como falta de vagas em creches e escolas infantis, entre outros, para que o poder público cumpra seu dever. Ainda para fazer cumprir o que determina a lei, o **Ministério Público**, como entidade pública autônoma, pode ser acionado para defender o cidadão, o regime democrático e os interesses sociais. Ele faz a lei acontecer, a partir da figura do seu representante maior, que é o **Promotor da Infância e da Juventude**. Ele deve acompanhar todos os procedimentos que envolvam risco para a

> criança e o adolescente, por exemplo: destituição do pátrio poder, tutela, adoções, etc. (UNESCO, 2005, p.12).

Compreende-se que o ECA colaborou significativamente com a constituição de uma nova visão acerca da criança e do adolescente, considerando que, com a criação desse estatuto, a criança passou a ter direitos como qualquer cidadão, além da Constituição Federal.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, avigora os aparelhos legais citados na Constituição Federal ao definir que “Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. (BRASIL, 2010, p.42). Ainda nessa mesma década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) incidem a influenciar a elaboração de políticas educacionais voltadas para esse nível de ensino. (LEITE FILHO, 2014).

É nesse enfoque, guiado pela Constituição Federal, pelo ECA e a Declaração Mundial de Educação para Todos, que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) ostenta no ano de 1994 a sua ação intransferível de sugerir a elaboração de uma Política Nacional voltada para a Educação Infantil. (LEITE FILHO, 2014).

Entre os períodos de 1994 e 1998, a Coordenação Geral de Educação Infantil (COEDI), da Secretaria de Educação Fundamental do MEC, anunciou uma série de dados que têm uma significação exclusiva para a educação infantil no país. De início, por se tratar de informações registradas de maneira prática e aberta, apresentando como leitor o educador de creches e pré-escolas. Depois, pelo fato de que esses registros documentais terem um progresso entre a COEDI, na ocasião, e emissários dos núcleos de produção de saber de uma Política Nacional de Educação Infantil (PNEI). (LEITE FILHO, 2014).

No dia 20 de dezembro de 1996, é confirmada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei de nº 9.394/96. O que essa lei exige a respeito do ensino infantil é decorrente da mobilização da coletividade civil formada que se proferiu, desde o fim da década de 80, com a finalidade de garantir para as crianças da educação infantil através da Carta Magna um ensino de qualidade. E, apesar de a Lei de Diretrizes e Bases tratar da educação infantil apenas em três artigos, progride significativamente, ao passo que estabelece esse nível de ensino como a primeira fase da Educação Básica. (LEITE FILHO, 2014).

> Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da sociedade. (BRANDÃO, 2010, p.25)

O artigo 29 define a educação infantil como etapa inicial da educação básica e, em complemento com a ação da família e da sociedade, visa ao desenvolvimento integral da criança, nos aspectos cognitivos, emocionais e sociais, a fim de que ela possa conviver harmoniosamente em sociedade.

No artigo 30, a Lei estabelece que a educação infantil seja proporcionada em creches ou entidades equivalentes, para crianças de zero a três anos de idade; e pré-escolas, para crianças de quatro a cinco anos, sem distinção nenhuma, ou seja, esse atendimento é para todas as crianças, e não apenas para uma pequena parcela. Vale ressaltar que esses mecanismos são de responsabilidades do município em oferecer atendimento às crianças da educação infantil. (BRANDÃO, 2010).

Quanto ao artigo 31 da LDB, ele determina que: “Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. (BRANDÃO, 2010, p.25). Assim, esse artigo preconiza que os sistemas de ensino não devem utilizar a avaliação com o objetivo de promoção, mas sim em oferecer às crianças metodologias que atenda às suas reais necessidades.

Segundo Campos (2014), a Declaração Universal dos Direitos Humanos ressalta, em seu artigo 1º, que: “Todos os seres nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. E reforça, em seu artigo 26, afirmando que: “1 - Toda pessoa tem direito à educação. 2 - Educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais”.

Nesse enfoque, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, confirmada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no dia 20 de novembro de 1959, apresenta prioridades quanto aos direitos das crianças, considerando-as como sujeitos de direitos. Esse reconhecimento atribui a elas a garantia expressa do que realmente elas têm direito, como: direito à vida, à saúde, proteção, liberdade, educação, dentre outros direitos. (CAMPOS, 2014).

Conforme o projeto de lei do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011/2020, Lei de nº 10.172/200, destaca algumas metas e estratégias específicas para a educação infantil visando a se concretizar dentro do prazo de dez anos. Das quais, pode-se destacar:

> Meta 1: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de quatro e cinco anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a cinquenta por cento da população de até três anos.
> 1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade compatível com as peculiaridades locais.
> 1.2 Manter e aprofundar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil, voltado à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas públicas.
> 1.3 Avaliar a educação infantil com base em instrumentos nacionais, a fim de aferir a infra-estrutura física, o quadro de pessoal e os recursos pedagógicos e de acessibilidade empregados na creche e na pré-escola.
> 1.4 Estimular a oferta de matrículas gratuitas em creches por meio da concessão de certificado de entidade beneficente de assistência social na educação.
> 1.5 Fomentar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação infantil.
> 1.6 Estimular a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e cursos de formação de professores para a educação infantil, de modo a garantir a construção de currículos capazes de incorporar os avanços das ciências no atendimento da população de quatro e cinco anos.
> 1.7 Fomentar o atendimento das crianças do campo na educação infantil por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento das crianças, de forma a atender às especificidades das comunidades rurais.
> 1.8 Respeitar a opção dos povos indígenas quanto à oferta de educação infantil, por meio de mecanismos de consulta prévia e informada.
> 1.9 Fomentar o acesso à creche e à pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação, assegurando a transversalidade da educação especial na educação infantil. (BRASIL, 2014a)

Nessa perspectiva, percebe-se a preocupação em se alcançar políticas educacionais para a educação infantil, garantindo, desse modo, os direitos a uma educação de qualidade a todas as crianças, a partir de propostas pedagógicas para o desenvolvimento de crianças cidadãs.

2.2 Propostas pedagógicas para a educação infantil

Compreende-se a educação infantil como ponto chave de toda ação educativa. Nas últimas décadas, percebe-se a valorização da educação no contexto

da educação infantil, quando se reconhece esse segmento educacional como passo principal da educação básica.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), indicado como guia da prática pedagógica, organiza-se em um conjunto de apontadores que “[...] visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras”. (BRASIL, 1998, p.13). Assim, a função desse documento é subsidiar a prática educativa do professor da educação infantil, a fim de ele ajudar as crianças a produzir conhecimentos necessários à sua convivência em sociedade, levando em conta todos os aspectos sociais, culturais, econômicos, afetivos e emocionais.

O conjunto de propostas anunciadas no RECNEI (1998) responde às indigências do país, considerando que consta nesse documento propostas de currículo diversificadas respeitando as diversidades culturais existentes no país.

> [...] este Referencial é uma proposta aberta, flexível e não obrigatória, que poderá subsidiar os sistemas educacionais, que assim o desejarem, na elaboração ou implementação de programas e currículos condizentes com suas realidades e singularidades. Seu caráter não obrigatório visa a favorecer o diálogo com propostas e currículos que se constroem no cotidiano das instituições, sejam creches, pré-escolas ou nos diversos grupos de formação existentes nos diferentes sistemas. (BRASIL,1998, p.14).

Embora esteja claro que este documento não é uma proposta pedagógica obrigatória, ressalta-se que é indispensável sua utilização pelos profissionais de ensino da educação infantil como norteadores de sua prática no ato de planejar suas atividades, considerando que ele apresenta uma série de sugestões que visam ao desenvolvimento infantil na sua totalidade.

Nesse enfoque, a utilização de elemento tem como objetivo subsidiar e melhorar a qualidade do ensino dessa etapa de desenvolvimento da formação do sujeito. Os Referenciais, portanto, dão seguimento a uma ação de recomendações concretas para o ensino de crianças pequenas, ressaltando que:

> Embora haja um consenso sobre a necessidade de que a educação para as crianças pequenas deva promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, considerando que esta é um ser completo e indivisível, as divergências estão exatamente no que se entende sobre o que seja trabalhar com cada um desses aspectos. (BRASIL, 1998, p. 17)

Nessa perspectiva, o professor de educação infantil, ao planejar suas atividades pedagógicas, precisa antes compreender e refletir acerca da concepção

de criança e sobre cada aspecto de formação pretende formar esse ser. Vale ressaltar que a criança hoje é vista como uma pessoa com direitos e possui jeitos próprios de ser e estar no mundo.

Ainda segundo o RECNEI,

> Há práticas que privilegiam os cuidados físicos, partindo de concepções que compreendem a criança pequena como carente, frágil, dependente e passiva, e que levam à construção de procedimentos e rotinas rígidas, dependentes todo o tempo da ação direta do adulto. Isso resulta em períodos longos de espera entre um cuidado e outro, sem que a singularidade e individualidade de cada criança seja respeitada. Essas práticas tolhem a possibilidade de independência e as oportunidades das crianças de aprenderem sobre o cuidado de si, do outro e do ambiente. (BRASIL, 1998, p. 18)

Nesse sentido, faz-se necessário que o professor reflita cautelosamente sobre que tipo de criança ele vai lidar para então planejar suas atividades docentes. Sabe-se que cada professor tem uma postura própria em sala de aula, porém, ele precisa refletir constantemente sobre sua atuação, considerando que, para desenvolver as habilidades e competências das crianças, deve-se respeitar sua singularidade, uma vez que ela é um sujeito de cultura e possui diferentes linguagens construídas em sua trajetória sociocultural.

Contestações acerca do cuidar e educar, da função da afetividade, na relação professor e aluno e a respeito de educar para o desenvolvimento da criança tem instituído, portanto, o cenário intenso sobre o qual se estabelecem as propostas em ensino infantil. A preparação de propostas de ensino conduz basicamente compreensões a respeito de “criança, educar, cuidar e aprendizagem”, cujos embasamentos precisam ser levados em conta de maneira clara. (BRASIL, 1998, p.19). Assim, configura-se em um desafio abordar propostas adequadas à educação infantil.

Sobre as propostas pedagógicas para a educação infantil e o currículo, Kramer (2008) faz uma crítica que excede a abordagem escolar ou administrativa que tem caracterizado as propostas de ensino, a autora cita:

> [...] não estabelece diferença conceitual entre proposta pedagógica e currículo; compreende currículo ou alternativa curricular de forma ampla, dinâmica e flexível. Um currículo ou proposta pedagógica, para ela, reúne tanto as bases teóricas quanto as diretrizes práticas nelas fundamentadas, bem como aspectos de natureza técnica que viabilizam sua concretização. Partindo do pressuposto de que uma proposta pedagógica é um caminho, não um lugar e de que toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada, para a autora a proposta nasce de uma realidade que pergunta e também busca de uma resposta; é diálogo. Toda proposta é situada, traz o lugar de onde fala e a gama de valores que a constitui; revela dificuldades que enfrenta, problemas que precisam ser superados e a

> direção que a orienta, expressando uma vontade política, que por ser social e humana, não é nunca uma fala acabada, não aponta "o lugar", "a" resposta, mas um caminho também a construir. (KRAMER, 2008, p.10, grifo do autor).

Nesse contexto, Kramer (2008) alerta para os desafios ao se pensar na inovação das propostas educativas. Deve-se considerar os sujeitos dentro de um contexto. Os professores não devem adotar uma prática contemporânea ou atual simplesmente pelo fato de compor uma base teórica fundamentada ou fazer parte da programação curricular, mas sim refletir sobre os problemas notabilizados e encontrar meios de superá-los, a partir de uma construção coletiva e situada no espaço.

As propostas de ensino precisam contribuir para a formação de sujeitos aptos a atuarem na sociedade, e precisa estar atrelada à realidade dos alunos. Precisam ser elaboradas com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, considerando as especificidades das crianças. Nesse sentido, Kramer (2008) ressalta a inviabilidade de uma única proposta, já que a realidade que se apresenta em diversas situações é múltipla, heterogênea e contraditória. Por isso, toda proposta deve partir do contexto histórico e cultural das crianças.

Desse modo, pensar numa proposta pedagógica para a educação infantil implica pensar também em várias possibilidades, considerando que cada sujeito tem suas particularidades e o ensino precisa atender às necessidades individuais de cada sujeito. A sala de aula é heterogênea e cada criança tem um ritmo de aprendizagem próprio que precisa ser respeitado.

Para Kramer (2008, p.12),

> Currículo é palavra polissêmica, carregada de sentidos construídos em tempos e espaços sociais distintos. Sua evolução não obedece a uma ordem cronológica, mas se deve às contradições de um momento histórico, assumindo, portanto, vários significados em um mesmo momento.

Compreende-se, portanto, que o currículo tem várias significações, ou seja, a proposta de ensino depende do contexto atual e social em que a criança está inserida e cabe especialmente ao professor acompanhar as mudanças que surgem na sociedade, uma vez que ele precisa estar constantemente atualizado. Com isso, o professor precisa conhecer e melhorar suas metodologias e técnicas, conhecer as teorias que surgem, compará-las com sua prática já trabalhada e refazer sua ação

educativa, considerando a criança como um sujeito ativo e com direitos para expressar suas ideias e emoções. De acordo com Kishimoto (2003, p.1),

> A criança, mesmo pequena, sabe muitas coisas: toma decisões, escolhe o que quer fazer, interage com pessoas, expressa o que sabe fazer e mostra, em seus gestos, em um olhar, uma palavra, como é capaz de compreender o mundo. Entre as coisas de que a criança gosta está o brincar, que é um dos seus direitos. O brincar é uma ação livre, que surge a qualquer hora, iniciada e conduzida pela criança; dá prazer, não exige como condição um produto final; relaxa, envolve, ensina regras, linguagens, desenvolve habilidades e introduz a criança no mundo imaginário.

Observa-se, portanto, que a criança tem ideias e vontades próprias e o lúdico é um elemento que além de ser uma ação natural da criança, proporciona a ela uma aprendizagem espontânea, estimula a criatividade e a socialização, sendo, portanto, reconhecida como atividade significativa. Para Kishimoto (2003, p.1),

> O brincar é a atividade principal do dia-a-dia. É importante porque dá a ela o poder de tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de partilhar, expressar sua individualidade e identidade por meio de diferentes linguagens, de usar o corpo, os sentidos, os movimentos, de solucionar problemas e criar. Ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, para compreendê-lo e expressá-lo por meio de variadas linguagens. Mas é no plano da imaginação que o brincar se destaca pela mobilização dos significados. Enfim, sua importância se relaciona com a cultura da infância, que coloca a brincadeira como ferramenta para a criança se expressar, aprender e se desenvolver.

As atividades lúdicas são necessárias em todo o período da educação infantil. Através das brincadeiras e jogos a criança aprende a reconhecer e a expor seus sentimentos. Ao brincar, a criança aprende a conviver com o mundo e com as pessoas. Com a imaginação, ela fantasia, viaja no tempo e no espaço e cresce seus limites de sua força real. Enfim, o mundo da criança, quando ela está brincando, é um mundo mágico de descobertas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009) no que se refere às propostas pedagógicas, ressaltam que:

> Proposta pedagógica ou projeto político pedagógico é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar. (BRASIL, 2014b)

Nesse sentido, entende-se por proposta pedagógica a organização das atividades de ensino como um processo no qual se planeja inúmeras maneiras de se

alcançar um objetivo proposto. Assim, o planejamento é, portanto, um elemento necessário para o desenvolvimento da prática docente, e exige a tomada de decisões não apenas por parte dos educadores, mas da escola como um todo.

Ainda, no que se refere às propostas pedagógicas para a Educação Infantil, destaca-se que:

> As propostas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem: O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação; A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes. (BRASIL, 2014b)

Entende-se que para atender às reais necessidades das crianças faz-se necessário que o professor organize não apenas as atividades a serem desenvolvidas, mas também o espaço educativo no qual irá proporcionar às crianças, de maneira lúdica, o seu desenvolvimento global. Ou seja, o espaço educativo deve ser propício para que as crianças possam desenvolver suas potencialidades.

O funcionamento da educação infantil deve ser organizado para fins educativos, favoráveis ao desenvolvimento da interação da criança com outras crianças e também com o adulto. Então, deve-se priorizar o respeito aos direitos da criança enquanto pessoa, garantindo, assim, o cumprimento dos mesmos.

De acordo com o manual de orientação pedagógica organizado pelo Ministério de Educação:

> As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. A partir dessa perspectiva, as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e as brincadeiras. (BRASIL, 2012, p. 7)

Nessa direção, as propostas da educação infantil devem focar a criança como peça principal nos planejamentos, compreendendo que o processo educativo se constitui em torno de seu desenvolvimento. Dessa forma, deve-se se pensar nas condições de oportunidades de desenvolvimento da criança de maneira dinâmica. Isto é, para se alcançar o objetivo proposto, que é o desenvolvimento integral da

criança, faz-se necessário incluir nas práticas educativas como principal elemento o lúdico. Propiciar às crianças momentos de interação, integração entre as crianças e a utilização de brincadeiras e jogos é fundamental e necessário ao seu crescimento intelectual, social e afetivo.

Compreende-se as propostas pedagógicas da educação infantil como a organização de práticas educativas baseadas em atividades lúdicas que possam atender às reais necessidades das crianças, por meio do desenvolvimento de habilidades e competências para o exercício da cidadania. Assim, torna-se indispensável ao profissional da educação planejar suas ações pedagógicas centradas na formação do sujeito para o social a partir de metodologias diversificadas, criativas e dinâmicas.

Portanto, o lúdico é um elemento básico para se alcançar o pleno desenvolvimento da criança. Dessa forma, o trabalho pedagógico exige que o educador, em especial o da educação infantil, organize suas práticas educativas visando a desenvolver nas crianças suas competências e habilidades.

3 UMA ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE A LUDICIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Fazendo-se uma retrospectiva no tempo e avaliando-se a ação de brincar, pode-se constatar que o lúdico esteve presente em todos os períodos da história humana, desde os períodos iniciais até a contemporaneidade, pois o lúdico faz parte das ações naturais do homem. Para os povos primitivos, caçar, pescar, lutar e dançar era atos do dia a dia que acarretavam, em si, o componente do brincar, porque não existia divisão entre a infância e a cultura.

Assim, desde os primórdios da humanidade, os jogos sempre se constituíram de forma inerente ao ser humano. O homem, em todas as fases de sua vida, está sempre descobrindo e aprendendo coisas novas, por meio do contato com seus semelhantes e do domínio sobre o meio onde vive. Essas atividades eram repassadas culturalmente de geração para geração.

Para Almeida (2003, p.19),

> Na Grécia Antiga, Platão (427 – 348), já afirmava que os primeiros anos das crianças deveriam ser ocupados com jogos educativos. Platão também introduziu de modo bastante diferente, uma prática matemática lúdica, já que nesse período da infância a criança consegue assimilar elementos concretos, de modo que o toquem, o vêem e o distingue.

Percebe-se que Platão valorizava a utilização de jogos na ampliação da aprendizagem das crianças, sobretudo nos campos exatos, a matemática, e defendia que, para se chegar um plano alto de abstração do conhecimento, os jogos e brincadeiras era um apoio imprescindível nesse desenvolvimento. Ainda, naquele período, na Grécia, os jogos eram elementos que os adultos aproveitavam para transmitir aos mais jovens valores e saberes, assim como sua cultura social.

Percebe-se que esses conhecimentos são de grande relevância para a construção da formação do ser humano. De modo geral, a criança tende a imitar o que os adultos fazem, e essas manifestações culturais repassadas de pai para filho por meio dos jogos de regras, por exemplo, fazem com que as crianças adotem no seu cotidiano um comportamento que revela sua origem cultural.

De acordo com Almeida (2003), os maias, os egípcios e os romanos usavam os jogos para repassar o que os mais velhos já sabiam para os mais jovens, como valores e conhecimentos, bem como padrões de vida social. A educação

lúdica tem esse objetivo, mostrar algo concreto, possibilitando uma aprendizagem significativa, tendo em vista o estímulo que a criança tem na vida social e na construção do conhecimento.

A relevância dada aos jogos é reafirmada no século XVI, como assegura Almeida (2003, p. 21):

> A partir do século XVI, os humanistas começaram a perceber o valor educativo dos jogos, e os colégios jesuítas foram os primeiros a recolocá-los em prática. Impuseram, pouco a pouco, às pessoas de bem e aos amantes da ordem uma opinião menos radical com relação aos jogos.

Nesse enfoque, compreende-se que no século XVI, o lúdico passa a apresentar lugar importante, significando nos procedimentos metodológicos das escolas Jesuítas, sobretudo no estudo da gramática e da ortografia.

No fim do século XVI e princípio do século XVII, outros estudiosos, precursores dos novos processos ligados à educação, assinalaram o valor do lúdico na Educação Infantil, recomendando, então, uma radical transformação na pedagogia doméstica e social permitida por novas qualidades de vida. Tais transformações estimularam a criança dos estabelecimentos educativos, gerando debates em volta de como educar as crianças para o mundo.

No que se refere ao olhar atento ao desenvolvimento infantil, Almeida (2003, p.22, grifo do autor) pondera que:

> Jean-Jacques Rosseau (1712-1778) demonstrou que a criança tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhes são próprias, demonstrou que não se aprende nada senão por meio de uma conquista ativa. “Não deis a vosso aluno nenhuma espécie de lição verbal: só da experiência ele deve receber”.

Assim, no século XVIII apareceram as ideias de Rousseau, considerando que a criança tem sentimentos, desejos e ideias próprias e que seu desenvolvimento envolve o contato com a natureza, cujo processo seria determinado pela sua capacidade e pelo seu crescimento, isto é, pelo seu próprio desenvolvimento.

Diante do exposto, considera-se importante destacar as ideias de Gimenes, Beatriz e Piccolo (2011, p.75) quando estas afirmam que:

> Jogos, brinquedos e brincadeiras estão presentes na história da humanidade, de sua construção sociocultural, e sempre fizeram parte do cotidiano das pessoas, ainda que de forma implícita, sendo comumente relacionados.

Assim, constata-se que o lúdico esteve presente em todas as épocas. Os jogos e brincadeiras são atos simples na vida das crianças que desempenham papel

fundamental na aprendizagem e no contexto social. O brincar existe na vida do indivíduo embora, às vezes, sem nenhuma intervenção pedagógica, mas ainda assim é algo presente em suas vidas.

No ato de brincar, as crianças criam certa independência em relação às suas decisões, principalmente na escolha de seus companheiros ou do papel que irão assumir na brincadeira. A partir desse momento, terão de obedecer às regras do jogo ou poderão ser eliminados, obedecendo às regras gerando mais animação e adrenalina na brincadeira. E esse comportamento contribui para seu desenvolvimento de forma positiva.

Conforme Almeida (2003), alguns pesquisadores como Rousseau, Froebel, e Montessori, trouxeram várias ajudas para o ensino a respeito do uso do jogo para as crianças em período escolar. Pode-se mencionar ainda duas importantes influências para a educação, como Vygotsky e Piaget com inovações científicas, oferecendo com intensidade mais evidência na aprendizagem. Vygotsky acredita em um desempenho importantíssimo do faz-de-conta, do jogo que é o componente pedagógico. E Piaget dá uma definição mais abrangente para o jogo em suas pesquisas.

Froebel (apud ALMEIDA, 2003), entre 1782 a 1852, coloca que a educação deve considerar a criança como um ser criativo, e despertar por meio de incentivos suas capacidades competentes para a criação bem-sucedida. Para Froebel (apud ALMEIDA, 2003, p. 23) “A educação mais eficiente é aquela que proporciona atividades, de auto expressão e participação social às crianças.” Assim, a aprendizagem do sujeito ocorre quando são colocadas situações lúdicas e em interação com outras crianças, considerando que a relação entre os sujeitos sucede a aprendizagem.

Maria Montessori (apud ALMEIDA, 2003) igualmente colaborou muito com um material amplo e atraente, proposto a ampliar os desempenhos sensoriais. Percebia que as alternativas lúdicas são elementos necessários para o desenvolvimento do sujeito, subsidiando na ampliação dos sentidos.

Partindo do princípio de que o lúdico é uma ferramenta imprescindível ao desenvolvimento da criança, apresenta-se a seguir as teorias de Piaget e Vygotsky, os quais contribuíram significativamente nesse campo de desenvolvimento cognitivo e experimentos lúdicos desenvolvidas em crianças, comprovando visivelmente seu contentamento sobre os resultados obtidos através dos jogos.

3.1 Os tributos de Piaget e Vygotsky no desenvolvimento infantil

As atividades lúdicas são imprescindíveis para o desenvolvimento da criança. É através do brincar que ela raciocina e reorganiza suas ideias. Desse modo, na educação infantil, a ludicidade deve fazer parte das práticas cotidianas do professor com o intuito de possibilitar a sua aprendizagem. Para refletir a ludicidade, sob o ponto de vista da sua importância para o desenvolvimento da criança, é necessário que se faça um enfoque a propósito do que se compreende por desenvolvimento e aprendizagem.

No decorrer dos anos, as compreensões de desenvolvimento e aprendizagem vêm sendo organizadas apoiadas nas pesquisas de Piaget e Vygotsky, estudiosos que existiram num mesmo período, mas que discordavam quanto à abrangência dessa temática em questão.

Piaget (apud FORMOSINHO; KISHIMOTO; PINAZZATO, 2007) apresenta algumas especialidades dos exercícios do pensamento para imaginar como a inteligência se desenvolve. Ou seja, para ele, a aprendizagem está conectada ao desenvolvimento da pessoa. Vygotsky, por sua vez, o oposto desse pensamento, defendia que é través da aprendizagem que ocorre por influência mútua a promoção de desenvolvimento do indivíduo.

A psicologia sofreu fortes influências das ideias de Piaget, uma vez que ele revolucionou a pesquisa da linguagem e do pensamento das crianças. Foi um dos principais estudiosos a aprofundar noções de conhecimentos acerca do desenvolvimento da criança. Na compreensão de Piaget, o desenvolvimento e a inteligência do sujeito ocorrem por processos de desequilíbrio, em meio à assimilação e a acomodação, isto é, um desequilíbrio inicial acompanhado de um novo equilíbrio ou reequilíbrio. (BOOK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

Durante a ampliação cognitiva, os planos de início se desenvolvem e se distinguem, interiorizando e contraindo formas mais difíceis. A assimilação acontece quando o sujeito resolve uma situação nova, empregando uma estrutura mental já constituída, ou seja, partindo daquilo que o indivíduo já conhece. A acomodação, por sua vez, acontece quando a pessoa necessita transformar o próprio plano antigo para poder habituar-se a uma nova circunstância, isto é, a uma nova ideia.

Segundo Piaget (apud BOOK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008), o desenvolvimento do sujeito ocorre em progressivas etapas de assimilação e acomodação. Para ele, cada etapa é assinalada por aquilo que de mais perfeito o individuo é capaz de realizar nessa fase. As pesquisas desse estudioso colaboraram significativamente para o sentido da educação lúdica, pois ele defende que o jogo é fundamental na existência da criança e que está presente em cada etapa de desenvolvimento da pessoa, sendo dividido, de acordo com Piaget, em quatro estágios: sensório-motor, pré-operatório, operações concretas e operações formais.

O primeiro estágio do desenvolvimento do indivíduo apontado por Piaget foi o sensório-motor. Nessa fase de estágio, o sujeito observa o lugar em sua volta e age sobre ele, por meio de esquemas predominantes físicas. A observação está vinculada ao desenvolvimento motor. A criança observa o que pega e estas trocas com o mundo, de início vão prosperando para uma inteligência sensório-motora mais elaborada e gradativamente começam as ações lúdicas.

Conforme Almeida (2003, p.42, grifo do autor), a fase sensório-motora para Piaget compreende o período de zero a dois anos de idade. Para ele:

> [...] Nesta fase, a criança desenvolve seus sentidos, seus movimentos, seus músculos, sua percepção e seu cérebro. Olhando, pegando, ouvindo, apalpando, mexendo em tudo que encontra ao seu redor, ela se diverte e conquista novas realidades. Em sua origem sensório-motora, o jogo para ela é pura assimilação do real ao “eu” e caracteriza as manifestações de seu desenvolvimento.

O sujeito nesse período desvenda o mundo à sua volta: gosta de subir em tudo, correr, pular e imitar. É um estágio em que a sua linguagem começar a desenvolver. As brincadeiras das crianças pequenas têm um valor maior do que simplesmente o brincar, pois é por meio dos sentidos que o sujeito aperfeiçoa suas desenvolturas e capacidades.

Piaget (apud ALMEIDA, 2003, p. 44) enfatiza que:

> Quanto mais uma criança ouve e vê, mais quer ver e ouvir, pois as informações enviadas ao cérebro geram sempre conexões novas que as mantêm sempre ativas. É tão significativa essa relação que, no prazo de dois anos, a criança aprende milhares de informações e até uma língua complexa, apenas por ouvi-las.

Nessa etapa de desenvolvimento, os jogos infantis se combinam como uma maneira intensa para instigar a vida social e a atividade construtiva no sujeito.

Os jogos de exercícios são os primeiros a aparecer na etapa sensório-motora, surgindo antes mesmo da fala.

Esses jogos não se baseiam no emprego de regulamentos, mas na livre exploração do ambiente e exploração dos elementos, dos objetos. Esta fase é um estágio de descobertas.

A segunda fase pesquisada por Piaget é o pré-operatório (dois a sete anos). Ele configura-se especialmente pela interiorização de planos de processos estabelecidos na fase sensório-motora e o surgimento da fala sendo esta última responsável por causar mudanças formidáveis nos aspectos cognitivos, afetuosos e sociais do sujeito. Isso porque a linguagem beneficia o intercâmbio entre os sujeitos e possibilita a atribuição de sentidos à realidade.

Quanto ao estágio das operações concretas (sete a onze ou doze anos), Piaget (apud BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p. 104, grifo do autor) afirmam que:

> O desenvolvimento mental caracterizado no período anterior pelo egocentrismo intelectual e social é superado neste período pelo início da construção lógica, isto é, a capacidade da criança de estabelecer relações que permitam a coordenação do ponto de vista diferente. Estes pontos de vistas podem referir-se a pessoas diferentes ou à própria criança, que "vê" um objeto ou situação com aspectos diferentes e, mesmo, conflitantes. Ela consegue coordenar estes pontos de vista e integrá-los de modo lógico coerente. No plano afetivo, isto significa que ela será capaz de cooperar com os outros, de trabalhar em grupo e, ao mesmo tempo, de ter autonomia pessoal.

Nesse estágio, a criança já tem capacidade de resolver operações reais, é capaz de fazer comparações e absorver informações do mundo real. Mostra conhecimentos lógicos e começa a raciocinar de maneira fundada e ordenada, ou seja, o sujeito pensa antes de agir, não agindo de maneira automática.

Sobre o quarto estágio, das operações formais (onze ou doze anos em diante), Piaget (apud BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p. 106) analisa que:

> Neste período, ocorre a passagem do pensamento concreto para o pensamento formal, abstrato, isto é, o adolescente realiza as operações no plano das idéias, sem necessitar de manipulação ou referências concretas, como no período anterior. É capaz de lidar como conceitos liberdade, justiça e etc. O adolescente domina, progressivamente, a capacidade de abstrair, e generalizar, cria teorias sobre o mundo, principalmente sobre aspectos que gostaria de reformular. Isso é possível graças à capacidade de reflexão espontânea que, cada vez mais descolada do real, é capaz de tirar conclusões de puras hipóteses. No aspecto afetivo, o adolescente vive em conflitos. Deseja libertar-se do adulto, mas ainda depende dele. Deseja ser aceito pelos amigos e pelos adultos.

Assim, nesse estágio, o sujeito é capaz de processar qualquer informação de maneira totalmente organizada; consegue realizar situações formais e é capaz de refletir sobre qualquer situação de maneira lógica, bem estruturada. Suas ideias são livres, isto é, o sujeito nessa fase tem domínio sobre seu pensamento. Quanto ao aspecto psicológico, o adolescente vivencia experiências e almeja viver de maneira independente, sem precisar da ajuda de adultos. Sente-se dono de si.

Vygotsky, com ideias diferentes de Piaget, não situa etapas para esclarecer o desenvolvimento da pessoa. Segundo ele, o desenvolvimento do indivíduo acontece durante sua história de vida, por meio das interações socais entre os sujeitos, afirmando que o principal elemento dessa interação acontece através da linguagem, sendo preciso, claro o ambiente desafiar e estimular o intelecto do sujeito, uma vez que se o ambiente não for propício poderá atrasar ou mesmo impedir de se concretizar esse desenvolvimento. (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

Desse modo, o adulto ou o professor tem forte influência no desenvolvimento do sujeito e as atividades lúdicas são ferramentas imprescindíveis para se almejar essa conquista. Vygotsky (1988) defende que a brincadeira é uma atividade social do sujeito e por meio dela que a mesma forma sua personalidade e entende o mundo ao seu redor.

A brincadeira, segundo Vygotsky (1988) inventa uma Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), admitindo que os processos excedam o desenvolvimento já conquistado, no qual ele chama de desenvolvimento real, estimulando-a a apropriar-se de novas probabilidades de entendimento acerca do mundo.

Soares (2014), ao mencionar Vygotsky, apresenta a classificação do brincar determinando-o em três etapas:

> Durante a primeira fase a criança começa a se distanciar de seu primeiro meio social, representado pela mãe, começa a falar, andar e movimentar-se em volta das coisas. Pode-se dizer que esta fase estende-se até em torno dos sete anos. A segunda fase é caracterizada pela imitação, a criança copia os modelos dos adultos. A terceira fase é marcada pelas convenções que surgem de regras e convenções a elas associadas.

Nessa perspectiva, a criança ao se distanciar do contexto familiar, começa a perceber o mundo ao seu redor, procurando compreendê-lo e explicá-lo por meio da linguagem. Essa etapa é apontada pelo ingresso da criança na

instituição escolar, o que representa também a necessidade do educador possibilitar atividades lúdicas que despertem interesse e auxilie em seu crescimento.

A segunda fase começa aos sete anos e é assinalada pela imitação de conduta adulta, em que a criança costuma fazer coisas que vêem os adultos fazerem como, por exemplo, usar assessórios de sua mãe. Ao passo que a criança se relaciona com os adultos, ela aprende a imitá-los. Assim, é de grande importância o papel do educador, uma vez que ele é uma referência para a criança.

No que se refere à terceira fase, aparece mais regras e processos associados a elas, assim, os jogos de regras são acentuados nessa fase, cooperando com o desenvolvimento da criança.

Para Vygotsky, (1988, p. 108) “Não existe brinquedo sem regras”. A criança ao brincar, mesmo sem perceber, atende a regras de comportamento.

> Continuamente a situação de brinquedo exige que a criança aja contra o impulso imediato. A cada passo a criança vê-se frente a um conflito entre regras do jogo e o que ela faria se pudesse de repente agir espontaneamente. No jogo ela age de maneira contrária à que gostaria de agir. O maior autocontrole da criança ocorre na situação de brinquedo. Ela mostra o máximo de força de vontade quando renuncia a uma atração imediata do jogo (como por exemplo, uma bala que, pelas regras, é proibido comer, uma vez que se trata de algo não comestível. (VYGOTSKY, 1988 p. 113, grifo do autor).

Observa-se que a criança fica duvidosa diante das regras atribuídas ao jogo, por ela ser espontânea, e isso provoca de certo modo uma confusão em sua mente. Ou seja, ela às vezes se sente ameaçada pelas regras impostas pelo adulto, considerando que ela sozinha agiria de maneira diferente.

Por conseguinte, para compreender de maneira mais clara a importância da ludicidade na educação infantil, faz-se necessário conhecer a prática do professor, elemento fundamental no processo de ensino e aprendizagem.

3.2 A prática do professor da educação infantil no contexto da ludicidade

A criança é um sujeito social e na interação com outras crianças e adultos que os cercam é capaz de adquirir inúmeros saberes, de maneira cada vez mais segura, segundo Silva e Guimarães (2014). Quanto mais propícias forem as condições oferecidas a ela, mais ela terá condições de se desenvolver.

Portanto, cabe à escola, mais especificamente ao professor, oportunizar às crianças situações adequadas de aprendizagem. “Para ajudar na formação de futuros cidadãos críticos e conscientes, que atuarão em prol de uma sociedade mais justa e igualitária é necessário que o professor trabalhe os valores de vida, com seus alunos, principalmente na educação infantil”. (SILVA; GUIMARÃES, 2014).

No Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, há uma inquietação em mobilizar os professores para a importância do lúdico tanto em circunstâncias educacionais como informais (BRASIL, 1998). O RECNEI identifica as atividades lúdicas como um meio necessário à prática educativa, “[...] para que as crianças possam exercer sua capacidade de criar, é imprescindível que haja riqueza e diversidade nas experiências que lhes são oferecidas nas instituições”. (BRASIL, 1998, p.27). Nesse sentido, o professor passa a ter um papel fundamental a fim de que a criança desenvolva suas capacidades, uma vez que cabe a ele criar condições adequadas de aprendizagem. Segundo o RECNEI,

> É o adulto, na figura do professor, portanto, que, na instituição infantil, ajuda a estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças. Consequentemente é ele que organiza sua base estrutural, por meio da oferta de determinados objetos, fantasias, brinquedos ou jogos, da delimitação e arranjo dos espaços e do tempo para brincar. (BRASIL, 1998, p.28

Desse modo, a contribuição do professor para o desenvolvimento da aprendizagem da criança é de suma importância. As práticas pedagógicas do professor da educação infantil quando são adequadas favorecem o desenvolvimento das capacidades e habilidades das crianças. Vale ressaltar que a utilização de atividades lúdicas tem forte influência nesse processo, considerando que os jogos e brincadeiras promovem e estimulam a construção e reconstrução de saberes da criança. A ludicidade, portanto, é significativa ao processo de aprendizagem dos sujeitos, principalmente quando o professor compreende a sua importância.

> Por meio das brincadeiras os professores podem observar e constituir uma visão dos processos de desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma em particular, registrando suas capacidades de uso das linguagens, assim como de suas capacidades sociais e dos recursos afetivos e emocionais que dispõem. (BRASIL, 1998, p.28)

Cabe ao educador adequar as brincadeiras em suas práticas educativas, disponibilizar no contexto da sala de aula brinquedos para que a criança sinta interesse em participar das brincadeiras. Vale destacar que somente disponibilizar

não é o bastante, é preciso assegurar que eles funcionarão como ferramentas no desenvolvimento da criança. Também é necessária a presença estimuladora do professor para que observe de perto o desempenho de cada uma.

Compreende-se que o professor, especialmente da educação infantil, deve adotar em sala de aula uma postura reconhecendo a importância das atividades lúdicas no processo de ensino e aprendizagem, considerando que o brincar também exige planejamento a fim de aproveitar o tempo em sala de aula. Assim, sem objetivos ou procedimentos definidos, o brincar na escola pode se tornar apenas um mero passa tempo.

"As instituições devem assegurar e valorizar, em seu cotidiano, jogos motores e brincadeiras que contemplem a progressiva coordenação dos movimentos e o equilíbrio das crianças". (BRASIL, 1998, p.35). Portanto, as brincadeiras e jogos devem ter sempre espaço garantido no ambiente escolar, pois, quando se permite à criança condições propícias de aprendizagem, ela se desenvolve de maneira integral. O ambiente dinâmico, flexível e agradável proporciona motivações para a aprendizagem significativa.

Para Soares (2014, p.4),

> [...] o jogo é um estímulo tanto para o desenvolvimento do intelecto da criança quanto para sua relação interpessoal, fundamental para o processo de aprendizagem infantil. Assim sendo, quando jogam ou criam os seus próprios jogos, as crianças terão uma compreensão maior de como o mundo funciona e de como poderão lidar com ele à sua maneira. Os jogos, portanto, podem ser afirmações do que está acontecendo, ou representações do que as crianças entendem.

O lúdico consiste num elemento fundamental para o desenvolvimento infantil. Ao brincar as crianças vão modificando suas necessidades e interesses, além da compreensão do mundo ao seu redor. Portanto, momentos de brincadeiras possibilitam o desenvolvimento da criança.

Assim, é necessário destacar que o professor não deve se limitar na prática de atividades lúdicas sem uma explicação fundamentada, ou seja, ele deve ter conhecimentos teóricos acerca da ludicidade. Soares (2014) corrobora que é indispensável na prática docente uma explicação científica sobre os procedimentos, finalidades ou recursos usados em sala de aula, para comprovar sua eficácia. Nesse contexto, "[...] o professor é a peça chave desse processo, e deve ser encarado como um elemento essencial e fundamental." (SOARES, 2014)

O professor deve ser um sujeito atualizado e competente em suas ações. Ele deve saber intervir de maneira adequada no processo de desenvolvimento da criança, pois, um educador com uma bagagem de conhecimentos e competência é um mediador que consegue auxiliar decisivamente na aprendizagem dos alunos.

Nessa mesma direção Silva e Guimarães (2014) reforçam que:

> Oferecer um ambiente educativo acolhedor e desafiador, tendo possibilidade de brincar como uma forma privilegiada de aprender e expressar conhecimentos, é uma das principais metas da educação infantil, pois o desenvolvimento da criança dependerá igualmente da possibilidade que ela tem de explorar seu ambiente, expressar suas emoções tendo contato, com várias coisas, pessoas e estabelecendo relações afetivas.

O contexto da sala de aula é um espaço privilegiado para a construção do saber e o professor é o elemento principal nesse processo de construção. Nessas circunstâncias, cabe a ele planejar e organizar o espaço educativo. Além disso, é necessário o uso devido de brincadeiras para possibilitar à criança condições de elas interagirem umas com as outras, proporcionando, dessa forma, o indispensável para sua aprendizagem e desenvolvimento, a socialização.

Por essa razão, para que se possa exercer uma influência positiva na aprendizagem da criança, é imprescindível vivenciar experiências que contribuirão para fortalecer seu autoconhecimento. Apresenta-se a seguir alguns princípios que poderão ajudar no seu desenvolvimento, como as brincadeiras clássicas e as brincadeiras na atualidade.

4 BRINCADEIRAS CLÁSSICAS NA ATUALIDADE

A instituição escolar tem a função de preparar os alunos para a sociedade, por meio de conhecimentos e experiências que os permitirão vivenciar no âmbito educacional. Assim, ela também colabora na conservação, promoção, transmissão de saberes das manifestações da cultura popular brasileira.

Destaca-se, nesse sentido, que as "*manifestações culturais populares"* podem auxiliar na função de educar. As possibilidades que as "*manifestações culturais populares"* apresentam de cultivar o aprendizado é que, uma vez associadas à essência da ação educativa, podem revolucionar a educação formal, com uma ação inovadora, "[...] quem sabe, uma nova e mais humanizada estratégia de educação". (SILVA, 2008, p. 17).

Nesse enfoque, as manifestações culturais ou brincadeiras tradicionais contribuem significativamente para a formação de um sujeito pensante e ativo. A partir da transmissão da cultura popular se possibilita à criança ter conhecimento de sua descendência cultural e, por meio desta, formar sua própria identidade, considerando que nas interações sociais ela se desenvolve, e sua formação está diretamente ligada aos processos de socialização.

Para Silva (2008, p.16),

> A modernidade, com suas demandas cada vez maiores de um conhecimento em tudo instrumental, mais e mais pautado pela obsessão da utilidade, produtividade, funcionalidade, tem orientado nossas escolas a atender prioritariamente, em termos de habilidades e capacidades adquiridas, as expectativas de um sistema produtivo alienante e desumanizante. [...] A linguagem, sabemos, é a capacidade de expressar, de simbolizar e comunicar ideias, sentimentos, sensações... enfim, de dizer o mundo. Portanto, aquilo que existe de mais humano no homem. Uma escola concebida como um espaço onde pudesse vicejar uma multiplicidade de linguagens permitiria florescer, também, uma pluralidade de sentidos, de novos sentidos do humano. Uma escola apta a fazer do ensino um instrumento sustentador de valores e não mais pura e simplesmente reprodutora de aprendizado técnico.

Percebe-se, com base nas colocações da autora, o modo como a sociedade contemporânea está se desenvolvendo, onde as pessoas aos poucos estão preterindo alguns costumes culturais necessários à formação da personalidade humana. Sabe-se que os avanços tecnológicos interferem diretamente no desenvolvimento da pessoa, no entanto, a escola deve saber equilibrar os conhecimentos contemporâneos e não permitir meramente que o

ensino sustente uma ideologia de reprodução técnica, mas que saiba valorizar também os costumes tradicionais que fazem parte da cultura popular.

Portanto, a escola precisa valorizar e compreender o processo educativo a partir das interações sociais e culturais. É um espaço que deve oportunizar às crianças desenvolver relações interpessoais além da família, por isso é importante enfatizar em suas práticas brincadeiras e jogos que possibilitem conhecer outros contextos, outras épocas, outras facetas fundamentais na formação de si mesma. Corroborando com essa ideia Kramer (2008, p.15, grifo do autor) afirma que:

> Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas. A criança não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança). Reconhecemos o que é específico da infância: seu poder de imaginação a fantasia, a criação, a brincadeira entendida como experiência de cultura. Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas. Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista. A infância, mais que estágio, é categoria da história: existe uma história humana porque o homem tem infância. As crianças brincam isso é o que as caracteriza.

A criança é um ser histórico e social, e futuramente se tornará um adulto caracterizado na sociedade em que é inserido segundo as determinações de sua infância. Por isso, os professores da educação infantil devem preocupar-se em propiciar às crianças brincadeiras e jogos de qualidade; que reconheçam a necessidade de adotar em suas práticas pedagógicas atividades lúdicas que englobe as expressões culturais e a comunicação de ideias, assegurando e valorizando as brincadeiras clássicas, uma vez que elas possibilitam às crianças conhecer variedades culturais e enriquecer sua cultura.

De acordo com Vasconcellos et al. (2014, grifo do autor),

> Para significar o passado e redimensionar o presente, é necessário entender que a infância é uma construção histórica. A concepção de infância modificou-se ao longo do tempo bem como o cuidado oferecido à criança. Tais modificações levaram muitos estudiosos a olhar para o brincar como parte fundamental do desenvolvimento integral da criança e contribuíram, no decorrer da história, para a elaboração de políticas públicas para a Educação Infantil. Porém, na atualidade, o repertório de brincadeiras vem sofrendo influências das novas tecnologias, o que permite compreender, em parte, o abandono/esquecimento das brincadeiras tradicionais num momento em que o tempo para ser criança é cada vez mais reduzido e a criança passou a ser um “foco” de consumo.

Nesse contexto, diante das mudanças que ocorrem no mundo, causadas pelos avanços tecnológicos, faz-se necessário que o professor compreenda o

verdadeiro sentido de infância, uma vez que a criança também participa desse universo com transformações constantes. Em outros termos, ela é um ser humano completo, com dimensões afetivas, físicas e sociais e precisa de um adulto para se desenvolver plenamente.

Assim, faz-se necessário que o educador dê a criança o direito de poder compartilhar os valores sociais, as inovações tecnológicas, mas, sobretudo, de incorporar a sua cultura local. Nesse sentido, é importante reintegrar as brincadeiras tradicionais. Pois, na maioria das vezes, ela cresce e seus costumes culturais acabam por ser esquecidos. Vale ressaltar que isso não implica deixar de utilizar os recursos tecnológicos, já que eles estão presentes no cotidiano da criança, mas, sim, usá-los adequadamente, sem preterir a infinidade de costumes, ideias e valores que pertencem à cultura popular.

Para Silva (2008, p.19),

> A cultura popular, portanto, concebida como um sistema outro de conhecimentos, sentidos e significados, seria capaz de resgatar para a escola no processo educacional, toda a riqueza da experiência de diferentes formas de compreender e interpretar o real, a vida e a condição humana.[...] é uma ótima orientação ao professor de como materializar essas linguagens artísticas populares, a infinidade de brincadeiras, histórias contadas ou cantadas, parlendas, trava-línguas e advinhas no dia-a-dia de sala de aula.

Percebe-se a responsabilidade da escola, especialmente do educador, em resgatar a cultura das brincadeiras populares, uma vez que com a tecnologia muitos aspectos necessários ao desenvolvimento integral do sujeito estão sendo esquecidos. “[...] A industrialização e a urbanização promoveram uma diminuição de espaços apropriados para o brincar e vem desencadeando o esquecimento de brincadeiras tradicionais e consequentemente o desaparecimento do acervo cultural da infância”. (VASCONCELLOS et al., 2014).

Desse modo, é relevante considerar algumas brincadeiras e jogos tradicionais que fazem parte do contexto sociocultural, “[...] o jogo tradicional tem um importante papel de servir como um instrumento para o desenvolvimento das capacidades físicas, motoras, sociais, afetivas, cognitivas e linguísticas nas crianças.” (VASCONCELLOS et al., 2014). Assim, o professor tem um papel fundamental no processo do resgate dessa cultura, proporcionando às crianças momentos de ludicidade, por meio de brincadeiras clássicas, de modo a contribuir com a formação e valorização do ser criança.

4.1 **Sugestões de brincadeiras**: transmissoras de cultura

O uso de metodologias que valorizam as brincadeiras clássicas é importante na medida em que propicia às crianças a socialização, o respeito, a cultura, o movimento, a imaginação, o afeto, a expressão, a memória, a educação, o cuidado, dentre outros aspectos fundamentais nas interações sociais. Nessa direção, apresenta-se neste capítulo algumas sugestões de brincadeiras clássicas com o objetivo de ressaltar a valorização da cultura popular.

Segundo Bernardes (2014), na sociedade atual, a maioria dos jogos e brincadeiras clássicas como: “[...] ciranda cirandinha, cabra-cega, queimada, jogo de pião, pedrinhas, amarelinha”, dentre outros que cativam e seduzem, são elementos que fazem parte da história de diversas gerações de crianças. No entanto, percebe-se que estão esvanecendo devido à influência da mídia e jogos tecnológicos, isto é, “[...] as ruas e as calçadas deixaram de ser os espaços para a criança brincar”. (BERNARDES, 2014).

Nessa visão, Borba (2006, p.33) menciona que:

> Pipa, esconde-esconde, pique, passa raio, bolinha de gude, bate-mãos, amarelinha, queimada, cinco-Marias, corda, pique-bandeira, polícia e ladrão, elástico, casinha, castelos de areia, mãe e filha, princesas, super-heróis... [...] a experiência do brincar cruza diferentes tempos e lugares, passados, presentes e futuros, sendo marcada ao mesmo tempo pela continuidade e pela mudança. A criança, pelo fato de se situar em um contexto histórico e social, ou seja, em um ambiente estruturado a partir de valores, atividades e artefatos construídos e partilhados pelos sujeitos que ali vivem, incorpora a experiência social e cultural do brincar por meio das relações que estabelece com os outros – adultos e crianças. [...] A criança encarna, dessa forma, uma possibilidade de mudança e de renovação da experiência humana, que nós, adultos, muitas vezes não somos capazes de perceber, pois, ao olharmos para ela, queremos ver a nossa própria infância espelhada ou o futuro adulto que ela se tornará.

Nesse sentido, as brincadeiras têm um significado cultural, e atravessa várias épocas e é marcada pelo contexto no qual o sujeito está inserido e também pelas transformações que ocorrem nesse dado momento. Portanto, se o ambiente lhe permite vivenciar e partilhar essa cultura do brincar, a criança incorpora esses saberes em sua formação cultural.

As mudanças ocorridas ao longo dos anos acarretaram alguns efeitos catastróficos na vida da maioria dos sujeitos, como *a* “[...] opressão, a exploração, o crescimento da miséria e das desigualdades sociais e a degradação da condição

humana e do meio ambiente” (BRAGA, 2014), provocando urgência à necessidade de recuperação de elementos da tradição para uma vida mais agradável.

Nesse contexto, pretende-se, neste capítulo, provocar a reflexão do educador sobre essas questões, apresentando alguns tipos de brincadeiras que permitem às crianças relacioná-las com o mundo à sua volta, tornando-as plenamente livres:

Figura 1 - Cantigas de roda



Fonte: (BRAGA, 2014)

As brincadeiras de roda estabelecem efeitos reveladores acerca do processo dinâmico de cultura, além de constituir-se num momento de interação agradável entre as crianças, pois, durante as brincadeiras as crianças se descontraem oferecendo a sua essência uma tranquilidade.

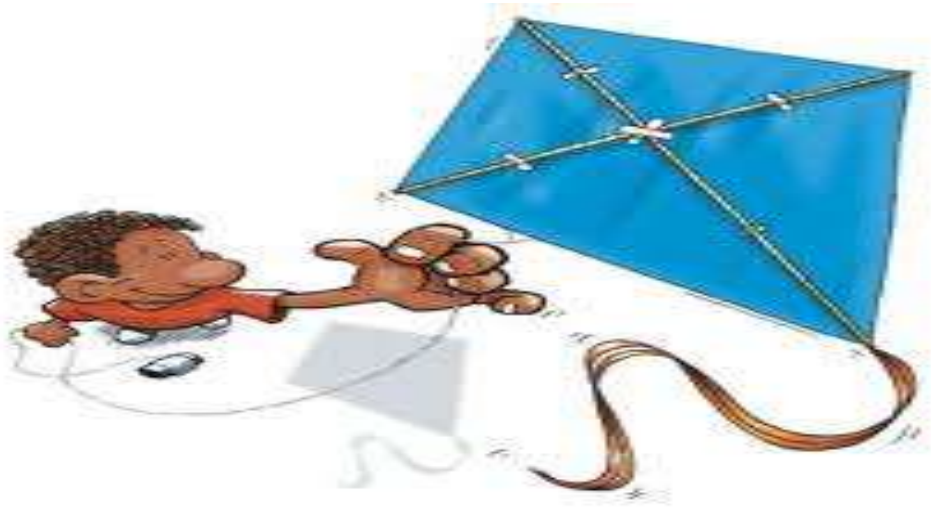
Sobre as cantigas de roda, Braga (2014) enfatiza que:

> [...] como prática cultural reveladora de multiculturalidade e de significações – são possuidoras de informações e conhecimentos do mundo e do tempo em que determinada comunidade vive. Como práticas didático-pedagógicas trabalhadas na escola, proporcionam o lazer, a socialização, assim como o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade, da imaginação, da memória, da concentração, da autodisciplina, do respeito ao próximo e da afetividade, valores que devem estar presentes em qualquer ato educativo.

Para tanto, para que esse bem lhe aconteça, faz-se necessário que o professor desenvolva essa brincadeira no contexto da sua sala de aula com frequência, de maneira devidamente planejada. “Essas brincadeiras populares são fenômenos histórico-sociais de indiscutível significação cultural, independentemente do gênero, dos modos de vida, da etnia, do credo e das condições sociais e econômicas de quem as pratica”. (BRAGA, 2014).

É importante observar que as cantigas de roda são manifestações culturais na vida de qualquer pessoa, independente da classe social, econômica ou religiosa. Portanto, deve ser proporcionada pelo educador, considerando que ela pode ser explorada a partir da letra, do movimento e de ritmos.

Figura 2 - Pipa ou Papagaio



Fonte: (BERNARDES, 2014)

A pipa, embora seja um brinquedo criado em séculos passados, ainda se faz muito presente nos dias atuais. As crianças de modo geral utilizam como um meio bastante interessante para se divertir. Além disso, para confeccionar esse brinquedo, a criança desenvolve a atenção, concentração, imaginação, percepção visual e a noção de cores.

Sobre a pipa ou papagaio, Bernardes (2014, grifo do autor) ressalta que:

> A pipa ou papagaio é um brinquedo sazonal de origem oriental e foi trazido para a América Portuguesa no século XVI. Segundo a enciclopédia chinesa *khé-Tchi-King-Youen*, a pipa foi inventada pelo general chinês Hau-sin, no ano de 206 a.C.[...] ainda, contam as tradições orientais que os habitantes de uma cidade sitiada conseguiram se comunicar e pedir ajuda por intermédio do papagaio.

O poeta Carlos Drummond de Andrade (apud BORBA, 2006, p.40) contribui de forma positiva ao analisar o uso desse brinquedo. Ele menciona os sentimentos que são explorados, como o anseio de liberdade e de desapego promovido pelo brinquedo:

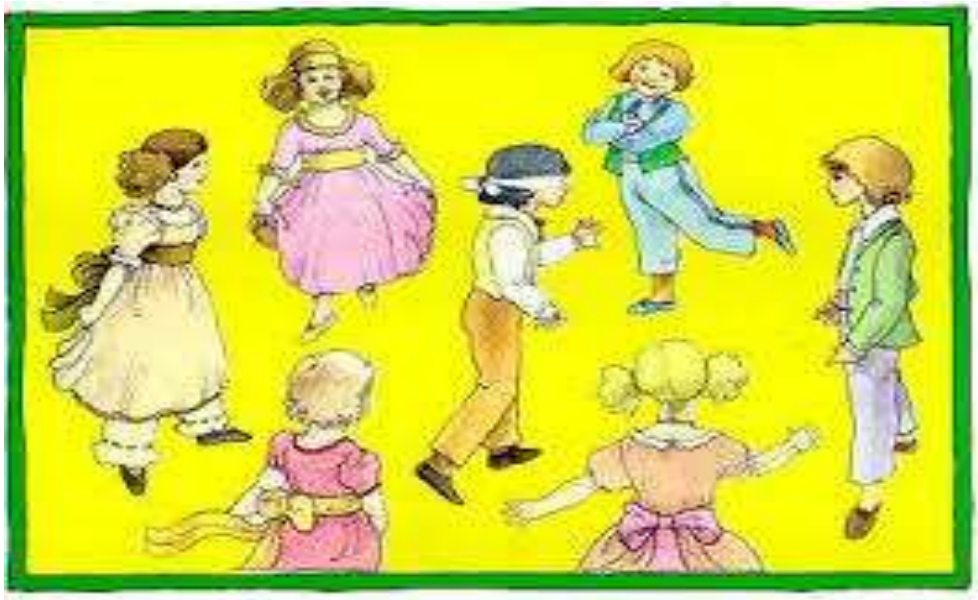
> *- O bom da pipa não é mostrar aos outros, é sentir individualmente a pipa, dando ao céu o recado da gente.*

> *- Que recado? Explique isso direito!*
> *João olhou-me com delicado desprezo.*
> *- Pensei que não precisasse. Você solta o bichinho e solta-se a si mesmo. Ela é sua liberdade, o seu eu, girando por aí, dispensando de todas as limitações.*

Nesse contexto, o brinquedo é um meio de "*soltar a si mesmo",* desligar-se do momento real, e se jogar na aventura de chegar ao céu. Porém, ao mesmo momento tem controle sobre o vôo, controlando o movimento, o limite da pipa e dirigindo a si próprio por meio das imediações dessa nova extensão da realidade.

O livre-arbítrio que a criança tem no ato do brincar se caracteriza no "*inverter a ordem",* mudar o planeta de perna para o ar, inventar o que "parece impossível", caminhar em diferentes períodos de contextos, "passado, presente e futuro". (BORBA, 2006).

Figura 3 - Cabra cega



Fonte: (BERNARDES, 2014)

De acordo com Bernardes (2014), essa brincadeira surgiu no século XVI. Observa-se que a cabra cega possibilita à criança desenvolver a atenção, os órgãos do sentido, o equilíbrio e socialização, dentre outros.

Essas reflexões possibilitam perceber o valor educativo que tem as brincadeiras, além da justaposição com a cultura.

Figura 4 - Jogo de peteca



Fonte: (BORBA, 2006, p. 36)

O jogo de peteca é uma brincadeira que envolve a interação, o movimento, permite a criança desenvolver o aspecto psicomotor, considerando que ele trabalha o corpo, ritmos, equilíbrio, e ainda trabalha a percepção visual e a habilidade. “[...] O brincar envolve múltiplas aprendizagens”. (BORBA, 2006, p.36). .

Figura 5 - Amarelinha



Fonte: (BORBA, 2006, p. 36)

O jogo da amarelinha se constitui numa brincadeira que desenvolve as capacidades das crianças em relação à sequência numérica, a coordenação motora,

equilíbrio, dentre outras construções de saberes. “[...] O brincar não apenas requer muitas aprendizagens, mas constitui um espaço de aprendizagem”. (BORBA, 2006, p.36).

Figura 6 - Pular corda



Fonte: (BORBA, 2006, p. 39)

Percebe-se que a brincadeira de pular corda além de ser divertida, promove o equilíbrio, limite e expressão corporal, socialização, trabalho coletivo, além do respeito às regras. “[...] O brincar é um espaço de apropriação e constituição pelas crianças de conhecimentos e habilidades [...]”. (BORBA, 2006, 39). Nesse sentido, o brincar constitui um elemento necessário à formação da criança.

Figura 7 - Bambolê



Fonte: (BORBA, 2006, p. 43)

A brincadeira do bambolê além de divertir as crianças desenvolve o ritmo, equilíbrio, integração, coordenação motora, concentração e toda sua estrutura corporal. Segundo Borba (2006, p. 43),

> Existem inúmeras possibilidades de incorporar a ludicidade na aprendizagem, mas para que uma atividade pedagógica seja lúdica é importante que permita à fruição, a decisão, a escolha, as descobertas, as perguntas e as soluções por parte das crianças e dos adolescentes, do contrário, será compreendida apenas como mais um exercício.

Dessa forma, são várias as condições e situações que o professor pode ativar a aprendizagem da criança incorporando os jogos e brincadeiras. Entretanto, é fundamental que o educador permita ao sujeito fazer suas escolhas quanto ao que brincar, pois, pouco ou quase nada contribuirá para o seu desenvolvimento se este não se sentir estimulado, não sentir prazer em brincar.

Figura 8 - Bola de Gude



Fonte: (BORBA, 2006, p.43)

O jogo bola de gude possibilita à criança desenvolver o pensamento lógico, a habilidade, atenção, hábitos (esperar a vez de jogar), além da noção de contagem, quantidade e formas.

Desse modo, os jogos representam um meio de promover a aprendizagem da criança, considerando que a partir do próprio nome da brincadeira podem ser exploradas as capacidades cognitivas das crianças. Assim, incluir esses jogos em sala de aula constitui não apenas uma valorização da cultura popular, mas um meio de integrar as crianças a situações diversas para o desenvolvimento de suas capacidades sociocognitivas.

5 METODOLOGIA

5.1 Tipo de pesquisa

A metodologia utilizada nesse estudo foi a descritiva e exploratória. Os estudos consistiram através de pesquisa bibliográfica sobre o tema “O resgate das brincadeiras e jogos tradicionais”, em que consiste em adquirir conhecimentos em compreender e apresentar as atividades lúdicas como uma ferramenta no desenvolvimento das inteligências múltiplas, dos saberes e na construção do conhecimento dentro do ambiente escolar.

Para a realização deste estudo contou-se com a participação de 6 (seis) professores atuantes da Pré-Escola Jardim Branca de Neve, onde, 4 (quatro) são graduados em Pedagogia, 01 (um) em geografia e 01(um) possui apenas o magistério. Todos são do sexo feminino. Quanto à idade das entrevistadas, variam entre 28 (vinte e oito) a 45 (quarenta e cinco) anos.

Para a realização da pesquisa, utilizou-se para a coleta de dados um questionário que, segundo Gil (2008, p. 121), “[...] é uma metodologia de busca por um conjunto ações que são submetidas aos sujeitos para se atingir um objetivo proposto”.

5.2 Procedimentos

Os questionários foram entregues pelas pesquisadoras no dia 02 (dois) de junho de 2014 (dois mil e quatorze) para os professores (APÊNDICE A).

Antes de iniciar a análise do presente estudo, faz-se necessário explicar o motivo pelo qual se empreendeu a pesquisa. Assim, teve-se como objetivo investigar a importância da inserção do lúdico: jogos e brincadeiras na construção do processo de aprendizagem na educação infantil. Desse modo, a seguir parte-se para a análise das informações obtidas na pesquisa.

5.3 Caracterização da escola campo

Esta pesquisa foi realizada na Pré-Escola Jardim Branca de Neve, da rede pública municipal de Chapadinha – MA, localizada na Av. Presidente Vargas nº

932, Bairro da Corrente. A escolha da escola se deu pela disponibilidade das professoras no interesse de participar e contribuir para com a realização da pesquisa em questão.

A Pré-Escola Jardim Branca de Neve foi fundada no dia 12 de maio de 1975 sob a Lei de nº 421 na gestão do prefeito Bernardo Serra de Almeida. Atualmente, a escola funciona nos turnos matutino e vespertino, oferecendo atendimento educacional ao público infantil de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, sendo 107 (cento e sete) alunos matriculados no turno matutino, 94 (noventa e quatro) alunos no turno vespertino, num total geral de 201 (duzentos e um) alunos.

Quanto ao quadro de funcionários, é composto por 23 (vinte e três) profissionais, sendo distribuídos da seguinte forma: 01(uma) gestora, 02 (dois) assistente de direção, 12 (doze) professores, 04 (quatro) auxiliares de serviços gerais e 04 (quatro) vigias.

Quanto à estrutura física, a escola é composta por 01 (uma) secretária, 01(um) depósito de merenda, 01 (uma) cozinha, 02 (dois) banheiros 01 (um) almoxarifado e 04 (quatro) salas de aula.

6 **RESGATE DAS BRINCADEIRAS E JOGOS TRADICIONAIS**: uma análise da cultura lúdica da Pré-Escola Jardim Branca de Neve

Nesta etapa do trabalho, apresenta-se as discussões e resultados relacionados às informações coletadas junto ao corpo docente da escola pesquisada. Os sujeitos serão identificados da seguinte forma: P1, P2, P3, P4, P5, P6, como forma de preservar suas identidades.

Ao serem questionadas sobre sua formação e o tempo de serviço na instituição, obtivemos as seguintes respostas:

P1: *Pedagogia, um ano*.

P2: *Pedagogia, há seis anos*.

P3: *Pedagogia, dois anos.*

P4: *Pedagogia, três anos.*

P5: *Geografia, dois anos.*

P6: *Magistério, quinze anos*.

Observa-se a predominância, quanto ao grau de instrução, das professoras graduadas em Pedagogia. Dentre as professoras, apenas 01 (uma) cursou o magistério, e 01 (uma) é formada em Geografia. Quanto ao tempo de serviço observa-se que somente 01 (uma) já trabalha nesta escola há bastante tempo.

Nota-se que há a existência de 01 (uma) professora sem formação em nível superior. Do ponto de vista da educação moderna, ressalta-se a necessidade da professora em buscar uma formação mais adequada aos dias atuais e não se limitar apenas aos conhecimentos apreendidos durante o curso de magistério, considerando que os tempos atuais exigem atualização do professor. Por motivos de valorização profissional, dentre outros privilégios, a professora precisa dar continuidade aos seus estudos.

Referindo-se a essas novas posturas docentes frente à realidade da sociedade moderna, Imbernon, (2008, p. 12) destaca:

> Esta nova forma de educar requer uma redefinição importante da profissão docente e que se assumam novas competências profissionais no quadro de um conhecimento pedagógico, científico e cultural revistos. Em outras palavras a nova era requer um profissional da educação diferente.

Esse novo perfil de educador que a sociedade exige precisa estar preparado para corresponder às reais necessidades dos alunos. Frente aos novos

desafios educacionais, é preciso que o professor conheça novas metodologias e técnicas de ensino.

Sobre a concepção do que é a Educação Infantil, responderam:

P1: *É a primeira etapa da educação básica, visto isso, deve ser bem trabalhada, pois, nessa fase a criança desenvolve sua aprendizagem com êxito através do bom trabalho do educador.*

P2*: É a primeira etapa da educação básica.*

P3*: É a primeira etapa da educação básica.*

P4*: É a etapa onde as crianças se interagem, aprendendo a conviver em grupo*

P5: *Um dos mais importantes níveis de ensino.*

P6: *Uma fase importante na vida da criança.*

Observa-se que as professoras entrevistadas, além de considerarem a educação infantil como sendo a primeira etapa da educação básica, considera-a também a base de toda ação pedagógica, uma vez que ela é de suma importância na vida da criança.

Essa assertiva é ratificada na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDB), lei 9.394/96, no artigo 29, onde se define a educação infantil como primeira etapa da educação básica, destinada às crianças pequenas, visando ao seu pleno desenvolvimento, em complementação à ação familiar de modo a ampliar suas experiências e conhecimentos.

No que se refere à ludicidade, as professoras entrevistadas relataram*:*

P1: *É uma forma de desenvolver a criatividade e o conhecimento da criança.*

P2: *São jogos e brincadeiras importantes para aprendizagem das crianças.*

P3: *São jogos e brincadeiras que permite o desenvolvimento das crianças.*

P4*: O lúdico é uma forma de brincar com as crianças visando desenvolver seus aspectos físicos, emotivos e sociais.*

P5*: É um elemento significativo no processo de ensino e aprendizagem.*

P6: *Um meio pelo qual a criança se desenvolve.*

Diante do exposto, vê-se que as professoras têm compreensão quanto à concepção de ludicidade. O RECNEI enfatiza que no momento em que as crianças

brincam, recriam e repensam os acontecimentos à sua volta. A partir do lúdico as crianças aprendem a conviver com o mundo e as pessoas de maneira divertida e agradável. Na esfera intelectual, devido ao seu poder de imaginação, ela pode explorar e manipular ideias sem ficar presa às normas da lógica. (BRASIL, 1998)

Sobre que tipo de brincadeiras costuma-se desenvolver na escola, afirmaram:

P1*: Brincadeiras que envolvam todos os alunos.*

P2: *Brincadeiras que envolva a participação de todos.*

P3: *Brincadeiras de cantigas de roda, danças, pular corda e outras.*

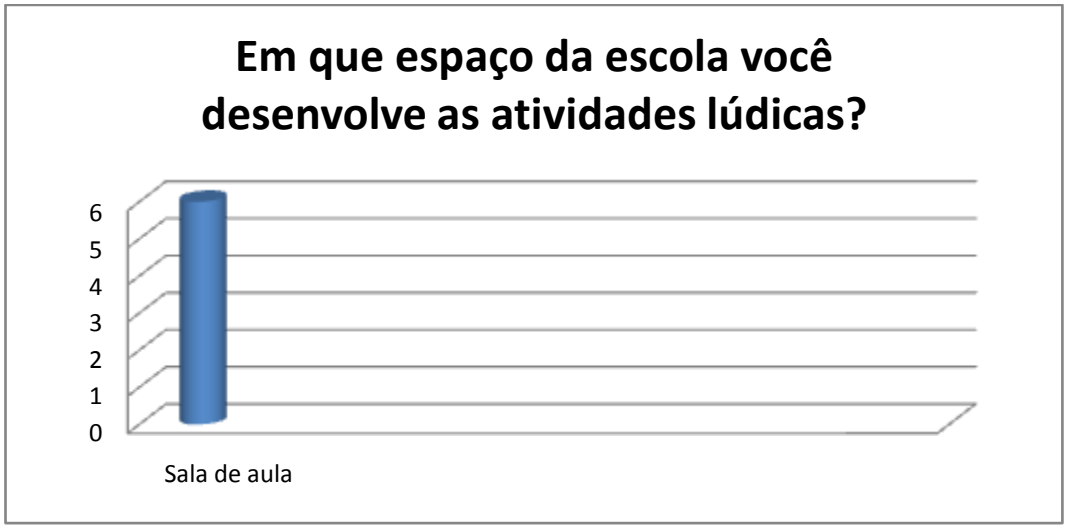
P4*: Brincadeiras de roda com cantigas populares, amarelinha, adivinha e outra.*

P5: *Cantigas de roda, jogo de boliche, amarelinha, estoura balão, jogo de canudos, jogos de dominó entre outros.*

P6: *Cantigas de roda, canções de ninar, amarelinha, jogo de boliche, entre outros.*

Percebe-se, segundo as respostas obtidas, que as mesmas se preocupam em desenvolver atividades lúdicas que envolva a participação de todos os alunos. Como se afirma no RECNEI, as brincadeiras ajudam as crianças a desenvolver suas capacidades e habilidades, considerando que o brincar exige a participação ativa do corpo em sua totalidade. (BRASIL, 1998).

Gráfico 1- Em que espaço da escola desenvolve as atividades lúdicas.



Fonte: (DADOS DA PESQUISA)

P1*: Em sala de aula.*

P2: *Em sala de aula.*

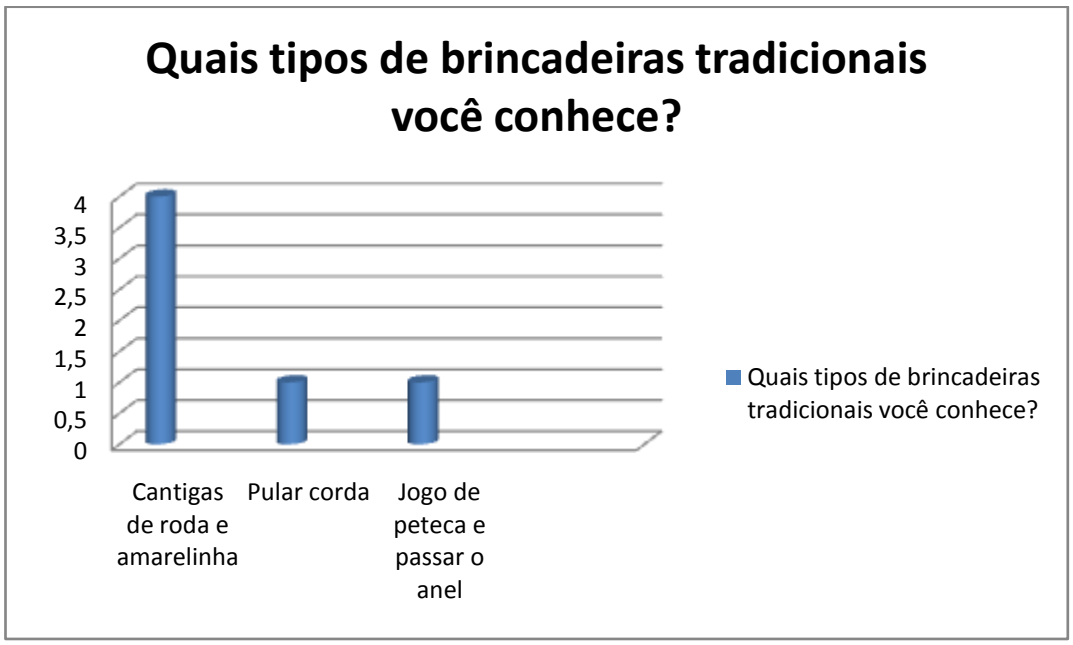
P3*: Em sala de aula, pois, a escola não dispõe de um espaço adequado.*

P4*: Somente em sala de aula, infelizmente a escola não têm outro espaço*

P5 e P6*: Em sala de aula.*

Observa-se que o lúdico se limita apenas ao contexto da sala de aula, segundo as professoras, por falta de espaço na escola. Em verdade, de acordo com as observações feitas, a escola não dispõe de um lugar adequado para a exploração do lúdico, tornando-se assim difícil o desenvolvimento de um trabalho pedagógico mais satisfatório.

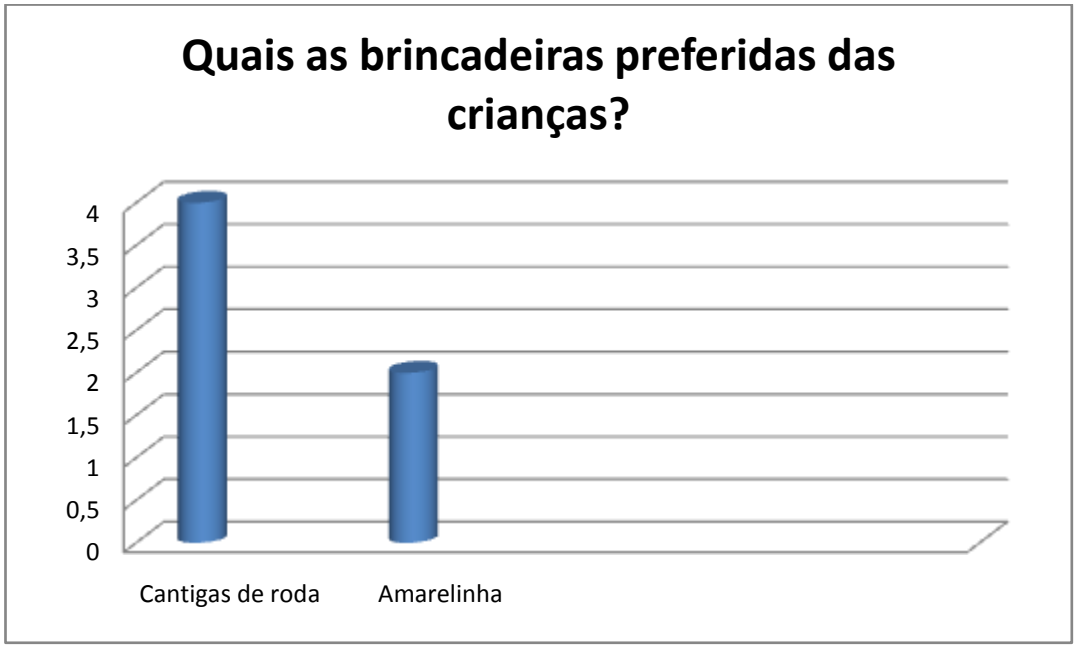
Gráfico 2 - Quais tipos de brincadeiras tradicionais conhecem, disseram:



Fonte: (DADOS DA PESQUISA)

Um fato a ser considerado nessa questão é que os sujeitos da pesquisa quase em sua totalidade reconhecem as cantigas de roda e a amarelinha como brincadeiras tradicionais. Vale ressaltar também que o pula corda, o jogo de peteca e a brincadeira de passar o anel também são considerados, por duas das professoras entrevistadas, como brincadeiras de época.

Gráfico 3 - Quais as brincadeiras preferida pelas crianças



Fonte: (DADOS DA PESQUISA)

Ao analisar sobre as preferências das crianças dessa instituição, no que tange às brincadeiras, as professoras mencionaram as cantigas de roda e a amarelinha. Nesse sentido, vale ressaltar que as brincadeiras tradicionais devem estar presentes na vida cotidiana dessas crianças.

É importante salientar que o professor tem um papel fundamental na valorização das brincadeiras clássicas. No contexto escolar, é ele quem garante às crianças a convivência com essa cultura, proporcionando a elas condições de interiorizar uma ampliação do universo cultural.

Sobre a relação entre o brincar e a aprendizagem, as professoras responderam:

P1: *O brincar é um dos meios que leva a criança à aprendizagem de maneira divertida.*

P2*: É um meio seguro de conduzir a criança à aprendizagem.*

P3*: A criança aprende brincando.*

P4*: A aprendizagem e a brincadeira estão intimamente ligadas, pois, a criança aprende brincando.*

P5*: Estão relacionadas à ação pedagógica.*

P6*: Através do brincar que a criança aprende.*

Constatou-se, de acordo com as respostas das professoras, que o brincar está intimamente relacionado com a aprendizagem da criança. Isso permite o reconhecimento do lúdico como uma ferramenta imprescindível no processo de desenvolvimento infantil.

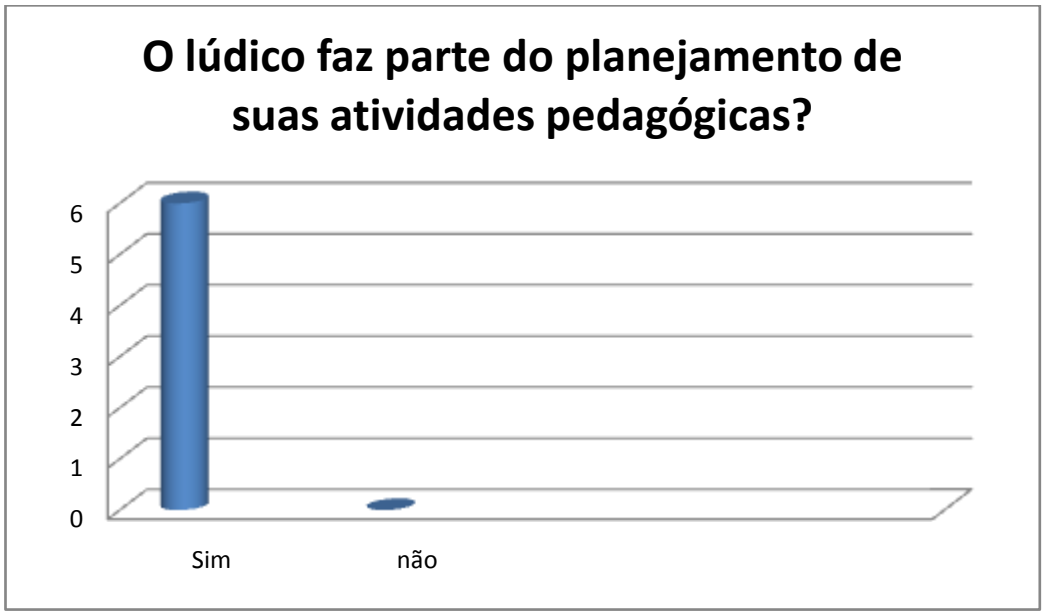
Gráfico 4 - Qual a importância da intervenção do professor durante a realização das brincadeiras das crianças.



Fonte: (DADOS DA PESQUISA)

Observa-se que todas as entrevistadas percebem a importância da intervenção pedagógica no ato do brincar. Portanto, é de suma importância que o professor esteja presente para interceder na aprendizagem da criança. Assim, não basta somente preparar o ambiente para a realização de atividades lúdicas, mas dá o devido valor ao aspecto pedagógico. “É preciso, porém, que o professor tenha consciência que as crianças não estarão brincando livremente nestas situações, pois há objetivos didáticos em questão”. (BRASIL, 1998, p. 29).

Gráfico 5 - O lúdico faz parte do planejamento de suas aulas



Fonte: (DADOS DA PESQUISA)

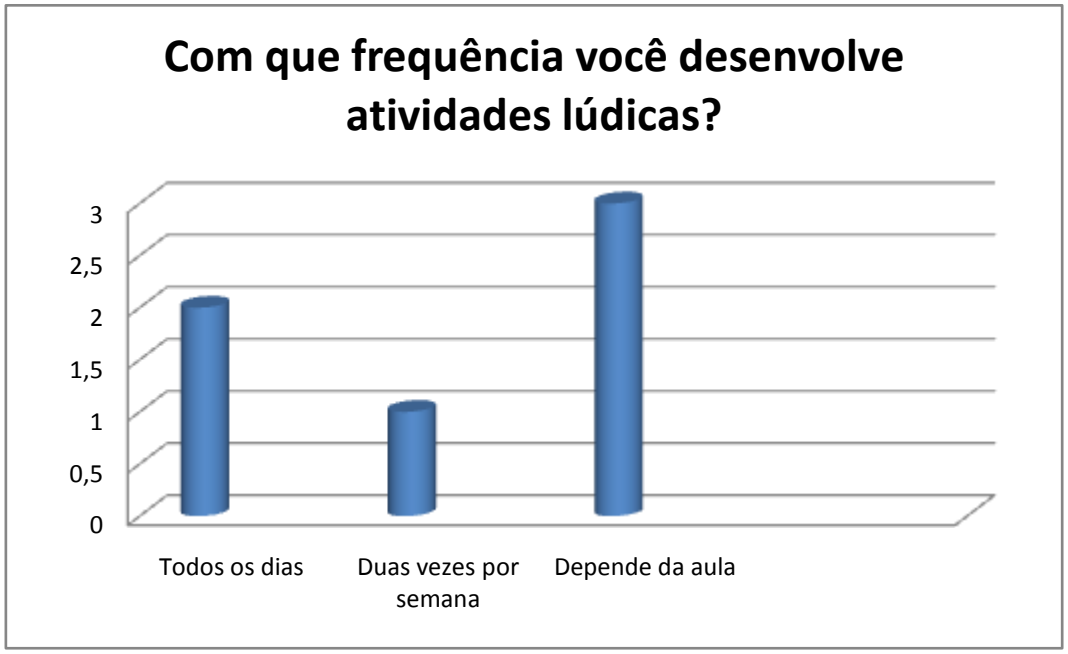
Ressalta-se, nessa questão, o valor que as educadoras dão ao lúdico ao declarar que essa ferramenta faz parte da organização de suas propostas pedagógicas, uma vez que é preciso que o docente, em especial o da educação infantil, reconheça que as brincadeiras e jogos oportunizam à criança a construção de conhecimentos de maneira alegre e prazerosa.

Santos (2008) analisa que a ludicidade é um elemento necessário da aprendizagem, pois causa estímulo ao interesse do aluno, amplia suas experiências pessoais e sociais, auxilia-o a construir novas ideias e enriquece sua personalidade.

Desse modo, o lúdico é indispensável para a aprendizagem das crianças e deve ser contemplado no planejamento dos professores. Além de proporcionar um ambiente favorável à realização das atividades, promove experiências motivadoras para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos.

Outro aspecto a ser analisado foi a frequência com que as professoras realizam atividades lúdicas. Observa-se no gráfico a seguir as respostas dos sujeitos entrevistados.

Gráfico 6 – Com que frequência você desenvolve atividades lúdicas?



Fonte: (DADOS DA PESQUISA)

Diante desse resultado apresentado pelas professoras entrevistadas, percebe-se que a maioria nem sempre oferece esse recurso pedagógico com frequência. Nota-se, neste gráfico, que somente duas professoras demonstram entender a necessidade que as crianças sentem em participar de aulas frequentemente com a ludicidade, uma vez que brincar, segundo Almeida (2003) é bem divertido, e necessário para o desenvolvimento saudável da criança.

A partir das análises das informações coletadas na pesquisa, pôde-se perceber que as professoras entrevistadas, embora reconheçam a importância do lúdico, ainda precisam refletir sobre sua atuação pedagógica.

Portanto, desenvolver atividades utilizando o lúdico é essencial e, sobretudo, deve-se compreender que a frequência com que se utilizam as brincadeiras e jogos, durante a exploração dos conteúdos programáticos, pode influenciar positivamente na integração e socialização dos alunos.

7 CONCLUSÃO

As práticas pedagógicas com a inserção de brincadeiras tradicionais na escola promovem o resgate da cultura popular e, simultaneamente, o desenvolvimento dos aspectos sociocognitivos dos alunos.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa teve como objetivo analisar acerca da inserção das brincadeiras e jogos tradicionais nas metodologias dos professores da educação infantil, na Pré-Escola Jardim Branca de Neve.

Este trabalho monográfico não se propôs em contestar o uso das tecnologias em sala, uma vez que as práticas pedagógicas precisam estar condizentes com a realidade atual e com as mudanças que ocorrem no meio social. Mas, atenta para a adequação que esses recursos devem ter, não preterindo as metodologias que apreciam os valores culturais.

Desse modo, a escola deve resgatar a cultura das brincadeiras e jogos tradicionais, uma vez que se percebe que estão sendo esquecidas. Essa cultura fornece meios variados para aprendizagem e, por isso, é fundamental no processo de formação da personalidade da criança. As brincadeiras tradicionais são transmissoras da cultura e de valores, bem como promove a socialização e as interações sociais.

Vale ressaltar que resgatar os valores culturais não implica distanciar as crianças de suas vivências atuais, mas sim fornecer elementos de outras épocas para que elas possam gradativamente perceber outras manifestações de costumes e de linguagens.

O olhar diferenciado para as brincadeiras tradicionais permite sugerir aos educadores, em especial os da educação infantil, que crie no contexto de seu trabalho pedagógico momentos de vivências com as brincadeiras diversas. Que o professor busque oportunizar às crianças a vivência com outras épocas a partir da associação das brincadeiras clássicas ao contexto atual.

Sabe-se que o lúdico pode contribuir para que a criança desenvolva suas potencialidades e construa conhecimentos que lhes serão importantes durante toda sua vida. E, para que essa aprendizagem aconteça, é fundamental que além de o professor propor o resgate das brincadeiras de época, é importante também que ele faça-se presente durante toda a realização dessas atividades.

Constatou-se, segundo as respostas das entrevistadas, que pouco são realizadas atividades por meio do lúdico no dia a dia. Nesse aspecto, é importante considerar que a escola não dispõe de espaço adequado para um trabalho mais pleno e satisfatório.

Por fim, compreende-se que o assunto analisado foi discutido em várias dimensões, mas não foi discutido em sua totalidade, já que é um assunto muito vasto. Assim, os elementos de estudo retratados podem ser examinados e se estender em novas pesquisas.

Em suma, perante o esforço que se empreendeu, almeja-se que este trabalho monográfico possa servir de instrumento para uma reflexão crítica dos agentes educacionais da Pré- Escola Jardim Branca de Neve, sobre o trabalho com jogos tracionais na educação infantil, colaborando para reorientação da prática educativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica**: técnicas e jogos pedagógicos. 11 ed., São Paulo: Loyola, 2003.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BARRETO, Luciani Gallo Machado. **A história da educação infantil**: Centro de Educação Infantil Eusébio Justino de Camargo Nova Olímpia – MT. Disponível em: <http://need.unemat.br/4_forum/artigos/luciani.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2014.

BERNARDES, Elizabeth Lannes. **Jogos e brincadeiras tradicionais**: um passeio pela história. Disponível em: <files.sandramezzena.webnode.com.br/.../historia%20dos%20jogos.pdf>. Acesso em: 12 maio de 2014.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14 ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

BORBA, Angela Meyer. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: FNDE, 2006.

BRAGA, Raimunda Nonata Fortes. **Cantigas de roda em tempos de alta modernidade**: representações sociais dos docentes e dos pais de alunos das escolas do campo em Chapadinha (MA). Disponível em: <http://mpemdh.unitau.br/wpcontent/uploads/2011/dissertacoes/maranhao/raimunda_nonata_fortes_braga.pdf>. Acesso em 15 jun. 2014.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional, lei nº 9.394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo. 4 ed., ver. e ampl. São Paulo: Avercamp, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**: introdução. Brasília,DF: MEC/SEF, 1998.

_____. **Brinquedos e brincadeiras de creches.** Manual de Orientação Pedagógica. Brasília,DF: MEC/SEF, 2012.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Disponível em: <portal.mec.gov.br/índex.php.doc> Acesso em: 11 jun. 2014a.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em:< www.12.senado.gov.br/publicações/estudos>. Acesso em: 11 jun. 2014b.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 7ed. Brasília,DF: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL, **Constituição Federal do Brasil promulgada em 5 de outubro de 1988**. 46 ed., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

CAMPOS, Rosânia. **A educação Infantil como direito de todas as crianças a conviverem em espaços coletivos independentemente de suas singularidades**: o que indicam os organismos internacionais? Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/download/777/670>. Acesso em 22 jun. 2014.

FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZATO, Mônica Appezzato (Orgs.). **Pedagogia(s) da infância**: dialogando com o passado; construíndo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA (UNESCO). **Legislação, políticas e influências pedagógicas na educação infantil**. Brasília: OMEP, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENES, Beatriz Piccolo; TEIXEIRA, Sirlânia Reis Oliveira. **Brinquedoteca**: manual em educação e Saúde. São Paulo: Cortez, 2011.

GROSS, Renato; GRAMINHO, Carla. **Rousseau e a educação na infância**. Disponível em: <www.puecpr.br/eventos/educere/2007>. Acesso em 12 de jun. 2014.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

KISHIMOTO, Tizuku M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KRAMER, Sonia. **Com a pré-escola nas mãos**: uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Ática, 2008.

LEITE FILHO, Aristeo. **Rumos da educação infantil no Brasil**: Disponível em: <www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article>. Acesso em 22 maio de 2014.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A história da educação infantil no Brasil**: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf>. Acesso em 12 jun. 2014.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SANTOS, Marli Pires dos (Org.). **Brinquedoteca**: a criança, o adulto e o lúdico. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SILVA, René Marc da Costa (Org.). **Cultura popular e educação**. Brasília: MEC/SED, 2008.

SILVA, Fernanda Costa Fagundes; GUIMARÃES, Márcia Campos Moraes. **O professor de educação infantil**: cuidar ou ensinar? um novo olhar. <http://www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/didatica/co/CO%20461-1150-1-SM[1].pdf>. Acesso em 12 jun. 2014.

SILVEIRA, Adriene Galvão. **O cuidar e o educar na educação infantil**: uma perspectiva para graduados em licenciaturas. Disponível em: <http://www.eseba.ufu.br/arquivos/anais/trabalhos_Completos/Eixo_1> Acesso em 21 de maio 2014.

SOARES, Jiane Martins. **A importância do lúdico na alfabetização infantil**: Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/imagens/artigos/diario/ARTIGO%20JIANE%20JOGO1.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2014.

SIROTSKY SOBRINHO, Maurício. **Legislação, políticas e influências pedagógicas na educação infantil**. Brasília: UNESCO, 2005.

VASCONCELLOS, Mário Sérgio et al. **Resgatar o brincar tradicional**: uma contribuição à formação de professores. Disponível em: <www.unesp.br/prograd/artigos/capítulo1>. Acesso em 21 de maio de 2014.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos professores

1) Em que espaço da escola você desenvolve as atividades?

2) Quais tipos de brincadeiras tradicionais você conhece?

3) Quais as brincadeiras preferidas das crianças?

4) Qual a importância da intervenção pedagógica no ato de brincar?

5) O lúdico faz parte do planejamento de suas atividades pedagógicas?

6) Com que frequência você desenvolve atividades lúdicas?